



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

ATA N.º 65/XIII-4º/2021-25

1 – Aos catorze dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, pelas 21H30, na Sala Pablo Neruda do Fórum Romeu Correia, sita na Praça da Liberdade, na Freguesia de Almada, realizou-se a reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 - Período de Antes da Ordem do Dia;

3 - Período da Ordem do Dia.

3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “” Loja do Cidadão – Caramujo/Romeira – Cova da Piedade-Almada” Apreciação de: Relatório Final, Decisão de Adjudicação, Minuta Contrato, ajuste programação financeira da despesa, repartição de encargos e Ratificação dos despachos do Sr. Vereador”;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adjudicação e aprovação da minuta de contrato do Concurso Público n.º CPN01497S2024 para “Prestação de Serviços de Recolha Contentorizada de Resíduos Urbanos no Município de Almada, por lotes, pelo prazo de 24 meses, com a possibilidade de renovação por mais 11 meses”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de Renovação do Contrato de Gestão do Teatro Municipal Joaquim Benite”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adjudicação e aprovação da minuta de contrato do Concurso Público n.º CPN02120S2024 para “Aquisição de serviços técnicos especializados de manutenção e conservação para o Complexo de Piscinas Municipais, pelo prazo de 24 meses”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo para implementação e adesão ao Portugal a Nadar da Federação Portuguesa de Natação”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Apreciação da permuta de lotes no âmbito dos loteamentos aprovado com os n.ºs 571/10 e 121/82 – Quinta de São Simão e Quinta do Brejo e Carapinhas”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. 118701 – Edifício sito na Rua Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, n.º 8, 8-B e 10, Almada. Abate parcial de área para domínio público municipal”;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. 137449 – Parcela de Terreno com 97,20m², sito em Rua da Liberdade, N.º 27, Almada. Afetação ao domínio público Municipal”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Senhor Presidente Ivan Gonçalves e a 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Cuvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Luis Amado Durão (PSD); António Espírito Santo Rocha (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

3.1 – O Senhor Presidente convidou, nos termos do n.º 3 do artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Municipal Paulo Viegas para coadjuvar a Mesa da Assembleia Municipal.

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente anunciou a renúncia ao mandato do Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro e a tomada de posse em regime de efetividade de funções da eleita Senhora Sónia Raquel Mota Faria.

4.1.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS), Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardo (CDU), Sónia Raquel Mota Faria (PSD) e Inês Pizarat Corria Bom, manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); Luísa Maria Freire Galvão (PS); António Paulo Júnior (CDU); António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento da cidadã Sr.ª Andreia Sofia Egas, do cidadão Sr. António Abrantes de Almeida, do cidadão Sr. José Manuel Raposo Gonçalves, da cidadã Sr.ª Eva Sofia Borges de Araújo Gomes e do cidadão Sr. António Manuel



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Cardoso Pombeiro; Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU); Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU) por impedimento do cidadão Sr. Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro e da cidadã Sr.ª Beatriz Pé-Curto Mendes; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD) e Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE).

4.1.3 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Ricardo Jorge Cipriano Pita.

4.1.4 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência do Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS) e da Senhora Vereadora Joana Mortágua (BE).

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes
“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Senhores/as Múncipes,

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Adelaide Cavaleiro, João Rocha, Daniel da Silva, Inês Sarti Pascoal e Luís Ricardo.

5.2.1 – A Senhora Múncipe Adelaide Cavaleiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em representação das Escolas do Desportivo da Cova da Piedade, saudamos os presentes.

Esta é já a terceira vez que nos dirigimos à Assembleia Municipal. Fazemo-lo desta maneira, por entendermos que será o bem mais eficaz e transparente para as relações entre o Poder Local Autárquico e o Poder Local Associativo.

É um processo de inclusão que estamos a experienciar, enquanto a entidade que vê em cada ato uma oportunidade de estudo e de investigação.

Anteriormente, em Sessões que já passaram, caracterizamos os três projetos integrados, sobre o associativismo, sendo que um, o primeiro de âmbito local, o Livro, a concluir este ano de 2025; outro de âmbito Distrital, os Laboratórios Sociais Associativos, a concluir até novembro de 2027; e outro de âmbito nacional, a Disciplina Académica e de Profissionalização para Associativismo, a concluir até 2030.



MUNICÍPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

Em relação a cada um destes projetos, já manifestamos anteriormente a nossa disponibilidade para conversar, esclarecer e estabelecer pareceria com cada Órgão Autárquico. Até hoje, já reunimos com a Junta de Freguesia de Laranjeiro e Feijó, que nos manifestou o seu apoio global ao projeto. Por outro lado, a Câmara Municipal de Almada, também já nos respondeu, encontrando-se agendada uma reunião para abril.

Manifestamos também, que nos foi transmitida a disponibilidade de reunião por parte do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, aguardando agora, a indicação da data, hora e local.

A propósito do local, estamos disponíveis de ser onde os autarcas de decidiram. Contudo, gostaríamos e deixamos o convite, para os recebermos nas nossas instalações na Cova da Piedade, onde estamos desde 1948, enquanto estas estiverem à nossa disposição, uma vez que foram adquiridas por novos proprietários e o futuro é aqui também incerto.

Quanto ao projeto do Livro “O Movimento Associativo Almadense, 50 Anos de Liberdade, Democracia e Participação, a Desenvolver Almada e o País”, informamos que nos encontramos na etapa final da concessão e da execução do mesmo que terá formato papel e formato digital.

A cooperação entre a Confederação Portuguesa das Coletividades, a Associação das Coletividades do Concelho de Almada e as Escolas do Desportivo, está assim a dar frutos.

Os questionários que distribuímos foram maioritariamente respondidos pelo Associativismo Almadense. Por Freguesias e de forma agregada, ou seja, a nível concelhio, teremos dados do número de Coletividades, Associações e Clubes em funcionamento.

Dos associados com e sem atividade regular, dos dirigentes masculinos, femininos e jovens até aos 35 anos; das atividades culturais e recreativas, assim como das modalidades desportivas; dos postes de trabalho, do volume anual de negócios antes e após a pandemia; das relações internas e externas e dos problemas e soluções na perspetiva dos associativistas. No Livro serão também analisadas as relações e cooperação entre os dois poderes com maior proximidade, o Poder Autárquico e o Associativo nos 50 anos, ou seja, desde 1974 até 2024, bem como a legislação nacional aplicável e os regulamentos municipais ou de Freguesia.

Na próxima semana os órgãos Autárquicos receberão da nossa parte, pedidos de dados que obviamente serão incluídos também no estudo. Como não poderia deixar de ser, apresentaremos conclusões e recomendações aos vários poderes. Estes na nossa perspetiva.

Por fim, reiteramos a nossa disponibilidade para conversar sobre este projeto que será apresentado em princípio no dia 31 de maio, que é o Dia Internacional das Coletividades, pelo que entendemos ser este o momento certo para qualquer esclarecimento, troca de opiniões e construção de parecerias.

Resta desejar-vos votos de êxito nas funções autárquicas e felicidades pessoais.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.2.2 – O Senhor Município João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Conforme referi, na última Assembleia Municipal, que voltaria a falar sobre a mobilidade relacionada com a Sobreda, passo então a expor o seguinte: que os Sobredenses, reconhecem o excelente trabalho que, o atual executivo fez em várias matérias nesta Vila, como por exemplo, o asfaltamento de várias ruas na Quinta da Cerieira, vulgo Rua Quinta do Garrido, Vitorino Nemésio e Rui Belo, bem como as respetivas transversais destas, bem como a reorganização de todo o trânsito, em toda a Sobreda velha e, ainda a requalificação da Rua Dr. Alberto Araújo, contigua com a Rua do Movimento das Forças Armadas, ou seja, até os transeuntes que, presentemente têm orgulho em circular nestas com ciclovias, bem como ainda a colocação, de bandas sublevadas, as quais estão a evitar os acidentes e atropelamentos que ocorriam com frequência.

Acrescento também que os acessos ao Centro de Saúde da Sobreda, os utentes do mesmo, tinham que circular nas bermas da estrada, porque não existiam passeios, pondo em perigo a sua segurança, por este facto ocorreram vários atropelamentos nesta.

Todas estas situações, demonstra o abandono em que a Sobreda viveu, durante mais de quatro décadas, mas com o aparecimento de duas pessoas na vida política deste Concelho, Inês de Medeiros e Pedro Matias, tudo se alterou tanto ao nível da mobilidade, bem como de outras situações pertinentes, as quais se constata a céu aberto, sendo esta situação originada por força política que, nunca pensou no melhoramento desta vila, tanto em termos habitacionais, bem como de outras situações que, ficaram talvez por lapso, esquecidas nalguma secretaria do Presidente do Município, ou da Presidente, desta Junta da Sobreda e, assim viveram os Sobredenses, durante mais de quatro décadas.

Quero ainda acrescentar que, o Clube “Sobredense”, também foi vítima de abandono, pelo facto de não ter sofrido qualquer obras de beneficiação, durante de mais quatro décadas, o qual já estava na iminência, da proibição realização de qualquer tipo espetáculo neste, devido à falta de condições de segurança daquele, cujo atual Executivo, ao constatar “*in loco*”, o estado de degradação deste, disponibilizou de imediato uma verba, estando presentemente este, a sofrer obras de beneficiação.

Termino, com as seguintes palavras que passo citar: deveria ser feito uma homenagem, tanto à Presidente Inês de Medeiros, bem como ao Presidente Pedro Matias, por ambos terem sido os primeiros Presidentes, pertencentes a outro Partido Político nesta Autarquia, os quais têm feito um excelente trabalho, tanto ao nível do Município, bem como na União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, seria benéfico a sua continuidade, para concluírem todos os projetos em curso neste Município, cujo desenvolvimento deste Concelho, viria a ser reforçado para as próximas décadas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Quero também transmitir a todos Charnequenses, Sobredenses e Almadenses e restantes Freguesias, que brevemente vai ser inaugurado o Parque Urbano da Charneca de Caparica, o qual possui todas as condições condignas, relacionadas com segurança e lazer, significa isto que, os seus utentes não vão necessitar de tomar banho após a chegada a casa, como acontecia no passado recente, por falta de condições mínimas de higiene e segurança, para aquele ser frequentado por seres humanos, sendo esta mais uma excelente obra, realizada pelo atual executivo deste Município.”

5.2.3 – O Senhor Município Daniel da Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou Daniel Silva, sou estudante da Escola Anselmo de Andrade, e venho aqui para relatar um problema da Escola Anselmo Andrade e falar um pouco daquelas que são as exigências colocadas pelos estudantes da Escola Anselmo de Andrade.

Neste sentido, verifica-se que no dia 10 de março de 2025, o Ginásio da Escola Anselmo de Andrade, acabou por pôr água, esta oriunda do telhado e de uma racha que existe dentro do ginásio a verter água. Esta situação põe em risco os materiais do ginásio, e da mesma forma também impossibilita a realização das aulas e a avaliação dos alunos.

Colocada esta situação, os estudantes da Escola Anselmo de Andrade, e a Associação de Estudantes da Escola Anselmo de Andrade, exigem a reparação mais breve do ginásio e também alertam para a degradação do pavilhão. É também uma exigência dos estudantes, que a resposta do executivo seja clara. Ou seja, os estudantes da Escola Anselmo de Andrade vêm cá hoje na procura e na exigência de uma data, em que dia é que vai ser reparado o Ginásio da Escola Anselmo de Andrade? Esta data deve ser cumprida pelo executivo.

Dito tudo isto, faço lembrar ainda que, a degradação da Escola Pública deriva das sucessivas políticas do Governo português em matéria de educação e quero também questionar o executivo se já tinha protocolado algum tipo de reparação para o ginásio ou para o pavilhão, isto porque no ano letivo de 2023-2024, houve uma situação na Escola Anselmo de Andrade, basicamente as placas do teto do pavilhão caíram. Ora, isto coloca os estudantes da Escola Anselmo de Andrade num risco muito grande, e neste caso colocava num risco muito grande, porque as placas caírem não é uma coisa segura, e neste sentido é importante para os estudantes perceberem se o executivo tem ou não preocupações com os estudantes e também perceber se o executivo tem feito ou não o seu trabalho no sentido de protocolar estas reparações.”

5.2.4 – A Senhora Município Inês Sarti Pascoal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Venho hoje à Assembleia Municipal apresentar uma posição contra o Túnel Trafaria-Algés, em representação de dezasseis entidades e coletivos que exigem uma mobilidade mais sustentável entre as margens do Tejo. O meu nome é Inês Pascoal e faço parte da Associação Inspira Mobilidade, uma das entidades subscritoras desta posição.

Porquê este nosso apelo?

Foi anunciado recentemente que o Governo tem planos para estudar a construção de um túnel rodoviário submerso entre a Trafaria e Algés, sem que se conheça qualquer fundamentação técnica para tal decisão; decisão esta que tem recebido o apoio da Câmara Municipal de Almada.

A mobilidade neste eixo é um desafio urgente, mas na nossa perspetiva, a solução não deve passar pela criação de mais infraestruturas rodoviárias, que apenas perpetuam a dependência do automóvel e vão contra a estratégia climática nacional, que vincula o país a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. Defendemos que esta ligação deve, pelo contrário, basear-se em modelos de transporte mais eficientes, mais ecológicos e mais inclusivos.

Apontamos então seis medidas de baixo e médio investimento que devem ser equacionadas, em alternativa a um projeto megalómano que perpetua a desigualdade no seu acesso.

Medidas prioritárias:

- 1 - Melhoria da qualidade do serviço fluvial no rio Tejo: Investir na frequência e na qualidade das ligações fluviais, especialmente na ligação Trafaria-Belém, tornando-a uma alternativa eficaz e atrativa. Atualmente, os barcos Trafaria-Belém circulam apenas de hora em hora e encerram o serviço às 21h ou 22h da noite. É essencial garantir uma frequência mais regular e um funcionamento alargado, mesmo no período noturno;
- 2 - Avaliar a viabilidade de reativação do terminal fluvial de Algés: de modo a estabelecer uma ligação fluvial direta entre a Trafaria e Algés, e com uma frequência regular;
- 3 - Reforçar a capacidade dos comboios da Fertagus: Com o aumento da procura desde 2019, com os passes metropolitanos, e desde dezembro de 2024, com o aumento da frequência dos comboios desde Setúbal, torna-se necessário aumentar a capacidade de transporte. Deve ser priorizada a aquisição urgente de novos veículos, para transportar mais pessoas, e em condições plenas;
- 4 - Corredores BUS a Norte e a Sul do acesso à Ponte 25 de Abril: que estejam integrados numa rede metropolitana de corredores dedicados ao transporte público rodoviário;
- 5 - Expansão do Metro Sul do Tejo até à Costa da Caparica e Trafaria: concluindo o projeto e a sua execução, assim que possível;



MUNICÍPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

6 - Expansão do Metro até Seixal-Barreiro-Alcochete: Tal como já previsto em diversos instrumentos legais e de planeamento.

Caras senhoras e caros senhores, é necessário um planeamento estratégico e sustentável a mobilidade urbana entre a Margem Norte e a Margem Sul da Área Metropolitana de Lisboa, exige um investimento robusto e estratégico nos transportes públicos, bem como nas redes de mobilidade ativa que os alimentam, com vista a garantir um sistema coerente, fiável, eficiente e inclusivo. Quanto melhor integradas estiverem as várias redes, mais atrativos se tornam os meios de mobilidade alternativos e mais se desincentivará o uso do automóvel privado.

Nenhuma obra de mobilidade de grande investimento deve ser iniciada sem estar devidamente integrada em instrumentos de gestão territorial aprovados e sem os respetivos estudos de mobilidade.

A ação deve ser imediata, mas deve ser no reforço dos serviços de transporte público - ferroviário, fluvial e rodoviário. É a alternativa lógica para um futuro mais sustentável, eficiente e acessível para todos.

Este nosso apelo é subscrito por dezasseis entidades e coletivos, nomeadamente: a Comissão de Utentes dos Transportes da Margem Sul, aqui presentes, a Associação Inspira Mobilidade, a qual represento, o Centro de Arqueologia de Almada e o Estuário Coletivo, com ação em Almada e outras associações e movimentos a nível nacional, que poderemos detalhar oportunamente.

Excelentíssimos e Excelentíssimas representantes desta Assembleia Municipal de Almada, da Câmara Municipal de Almada, contamos convosco para trabalharem com as entidades competentes, por uma mobilidade mais sustentável entre as margens do Tejo.”

5.2.5 – O Senhor Município Luís Ricardo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Fui informado, que existe uma área no Feijó onde se observa uma elevada concentração de municípios, dada a existência nessa área, de vários hipermercados, o Complexo Municipal dos Desportos, vários restaurantes e cafés.

Constatei, entretanto, de que as passadeiras ali existentes são de natureza bastante simples. O que não me parece adequado.

Para vos dar um exemplo, o Complexo Municipal dos Desportos é frequentado por inúmeros pais que levam as crianças a praticarem desporto naquele local em horário noturno. Também a população daquela área, em grande parte, é constituída por pessoas de idade avançada.



Dado que já ocorreram ali vários incidentes com peões, sugiro à Câmara Municipal que tome as medidas necessárias, no sentido de colocarem passadeiras com lombas, sinalética fluorescente e maior limitação de velocidade na área envolvente.

No que respeita à matéria da defesa dos animais, e porque ela é importante para consciencializar os munícipes, será extremamente importante falar sobre os interesses dos animais.

O termo “interesse” é usado para descrever o que é benéfico para alguém. Isto é, o que promove aquilo que é bom para alguém cuja vida possa ir bem ou mal.

Quando pensamos sobre como agir, como o fazemos, quando nos envolvemos em raciocínios morais, estamos acima de tudo, a considerar os interesses dos outros que devemos respeitar.

Então a pergunta é a seguinte: Os animais humanos têm interesses?

Se abordarmos a senciência animal, ela demonstra sem hesitação, que os animais têm de facto, interesses.

Eles podem sentir sofrimento e desfrute. Suas vidas podem ir bem ou mal para eles, e isso significa que eles têm interesses, assim como os humanos têm.

Importa referir, que tradicionalmente, os interesses dos animais não humanos têm sido amplamente desconsiderados. Foi reconhecida apenas uma consideração moral mínima aos animais não humanos. Como resultado, eles têm sido sistematicamente mortos e explorados de várias maneiras. Além disso, a fragilidade dos animais em muitas situações, que não são causadas por humanos, geralmente, têm sido desconsideradas. Os animais não humanos raramente recebem a ajuda de que necessitam quando são afetados por processos naturais, como fome, sede, doenças, desastres naturais etc. Tudo isso é amplamente aceite e raramente questionado. Entretanto, se atitudes similares fossem mantidas em relação a humanos, seriam amplamente consideradas inaceitáveis. E não é possível, justificar esse padrão duplo de moralidade!

Muitas pessoas reconhecem, que animais não humanos, têm sim, interesses. Mas que não contam muito. É importante refutar esse mito! Interesses iguais devem contar igualmente!

Vejamos aqui dois interesses fundamentais:

O Interesse em não sofrer: seres sencientes têm um interesse em ter uma existência feliz.

A primeira coisa que isso implica é ser feliz em vez de ser miserável. O sofrimento é por definição um estado mental negativo e, portanto, é prejudicial aos animais.

Há também o Interesse em viver.

Além de ter um interesse em não sofrer, os animais precisam ser capazes de viver para ter uma vida feliz.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Deste modo, apelo a todos as pessoas aqui presentes e a todos os munícipes, no sentido de caminharem na direção de um mundo com menos especismo e menos sofrimento.

Comecem por:

- Entender o que é o especismo, que é um tipo de discriminação que muitos animais sofrem, apenas porque não pertencem à nossa espécie. Entendam como o especismo afeta negativamente as vidas de animais domesticados e selvagens;
- Evitem consumir produtos de origem animal, para que possamos viver sem discriminar outros animais, que compartilham connosco a capacidade de sofrer e desfrutar as experiências da vida;
- E se possível, trabalhem com organizações que lutam contra o especismo, ajudando assim a alcançar um mundo melhor.

Caros senhores e senhoras e para finalizar Senhor Presidente.

Desde a década de 1970, o campo da ética animal surgiu e tem alcançado um apoio crescente como uma área de pesquisa que informa ativamente na defesa dos animais não humanos.

Se vivermos de acordo com valores anti-especistas, estamos a contribuir para o estabelecimento das bases para uma sociedade mais justa. Uma sociedade que respeite plenamente os animais não humanos.”

5.3 – Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

5.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à primeira intervenção, à Senhora Munição Adelaide Cavaleiro.

Em primeiro lugar deixe-me felicita-los pelo trabalho que estão a fazer, sei que já têm uma reunião marcada e não lhe sei dizer ainda o local, terei todo o gosto em aceitar o vosso convite, vai depender de uma questão de agenda, mas em todo o caso deixem-me dar-vos os parabéns pelo estudo que estão a fazer que será certamente um grande contributo para melhorarmos as políticas e a interação entre o Município, a Câmara Municipal e o Movimento Associativo, na sua grande diversidade que é essa também que faz toda a sua riqueza. Portanto, estou certa, que esse levantamento será fundamental para termos a noção justamente, dessa diversidade e da vivacidade do movimento. E dar nota, que também estamos conscientes relativamente às instalações, sei que é um ponto de angústia e não irei prolongar-me mais, falaremos na reunião.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Agradecer naturalmente as palavras ao Senhor Município João Rocha, é sempre tão gentil e dizer de facto, ainda bem que o Sobredense já vai poder fazer a sua requalificação da cobertura da sua sala, que bem precisava, é uma obra mais estruturante, grandes montantes e, portanto, ainda bem que já vão começar, sei que estavam aflitos com a chuva que neste momento também não tem ajudado. É bom saber que já estão em condições de tomar medidas a esse nível.

Relativamente ao Senhor Município Daniel Silva da Anselmo de Andrade, depois a Senhora Vereadora poderá também esclarecer. Sei que os serviços já lá foram ao ginásio e ao pavilhão e foram lá verificar. É bom lembrar que o Município só recentemente é que ficou com todas as instalações e eu adorava também poder exigir da mesma maneira, felicito o fulgor da juventude, às vezes as exigências são muitas, muitas. Sei que já foram resolver, adorava poder dar-lhe uma data, mas não posso. Não posso porque para já é preciso ver a dimensão do problema a resolver. Importa de imediato apercebermo-nos da dimensão das obras a fazer. Sei que os serviços já lá foram, depois há todo o processo de podermos lançar uma obra consoante também a sua dimensão, a sua complexidade, se tem que ter ou não projeto, se tem que ir a ou não a concurso público, esta Sessão da Assembleia Municipal vai ser muitos concursos públicos, deixe-me também dizer que vai depender do orçamento dado que este ano também temos aqui uma situação um bocado especial. Mas naturalmente, quero descansá-lo, o executivo tem sempre preocupações com os estudantes, mas também com os professores, também com os pais dos estudantes e com os avós dos estudantes, e até já estamos a pensar nos futuros filhos dos estudantes. Quero desde já, descansá-lo a esse nível.

Relativamente à Senhora Município Inês Pascoal.

Diz que não se pode lançar uma obra sem fundamentação técnica. Pois, por isso é que ficamos contentes de o Governo anunciar um estudo, ninguém está a lançar obra nenhuma, estamos a fazer um estudo.

Sobre as seis medidas concordamos com todas e sabemos todos que concordamos. Com mais e melhor serviço fluvial, não tenhamos dúvidas sobre isso.

Sobre a questão de Algés, voltamos a fazer um pedido de reunião com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e a Presidente do Conselho de Administração da Transtejo Soflusa, para justamente passarmos a ter navios que partem da Trafaria para Algés, para nós é aquilo que faz sentido, é algo temos vindo a pedir sistematicamente e é óbvio que para isso precisamos de mais navios.

Mais comboios na Fertagus, não podíamos estar mais de acordo, desde o primeiro dia.

Corredor Bus, sim, como é óbvio, mas a Ponte 25 de Abril neste momento não aguenta um corredor bus, a não ser que haja uma nova travessia. E é essa reflexão que eu acho que sim, que temos de fazer em conjunto, todos, porque um dos grandes desafios da nova travessia, que pode ter e deve ter transporte público, e nós até gostávamos que a nova travessia pudesse incluir até o transporte ferroviário, isso é que achávamos que seria



MUNICÍPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

perfeito, mas o grande desafio é poder retirar do Centro Sul, desviar todo o trânsito, porque não é só Almada, é Almada e são todos os Municípios à volta e grande parte do Sul do país que passa por Almada para poder entrar em Lisboa. Porque é que o Município apoia e incentiva que se façam estes estudos? É para poder aproveitar aquela infraestrutura da A33, que será fulcral com a criação do novo aeroporto se ele se confirmar onde está previsto, e que para toda esta carga automóvel que, quer se queira, quer não, provavelmente vai acontecer, não venha toda desembocar aqui no nosso Centro Sul e que nós consigamos aliviar o peso automóvel do nosso Município.

Já falámos um bocadinho sobre isso, tenho todo o gosto de voltarmos a falar, porque justamente, é para lembrar que estamos no mesmo esforço de criar aqui, pelo menos dois circuitos, um circuito interno ao Município e diferenciado daqueles que passam por Almada, mas não vêm forçosamente a Almada, e são muitos milhares de veículos.

Não podíamos estar mais de acordo com a expansão do metro até à Costa da Caparica e à Trafaria, e, portanto, foi um gosto ver a vossa participação e naturalmente, queremos que de facto esta extensão do metro, que faça todo o Arco Ribeirinho Sul e temos estado desde o início a apoiar esta iniciativa.

Relativamente ao Senhor Município Luís Ricardo, e mais uma vez agradecendo a sua sensibilidade. Permita-me só que lhe diga que percebemos e partilhamos as suas preocupações. Eu acho que é um ato positivo, acho que esta consciência da ética animal ou da questão de ética na causa animal, é cada vez maior, sobretudo nas camadas mais jovens o que é muito positivo e, portanto, é um caminho que se está a fazer e vemos isso com um grande agrado.

Naturalmente, quando diz que interferir com a felicidade dos animais não humanos, permita-me só dizer uma coisa. Mas também temos que ter cuidado, porque normalmente os animais costumam sofrer muito sempre que o homem decide interferir demasiado naquela que é a sua vida. Portanto, temos que saber interferir como deve ser na positiva e não tentar impor aos animais aquela que é a nossa própria vida, nós animais humanos para os animais não humanos.

Relativamente às passeadeiras, partilhamos a mesma preocupação. Nós tínhamos lançado uma candidatura que incompreensivelmente do meu ponto de vista, não foi aceite até numa 360, porque achavam que era muito simples, que era concentrar toda uma verba que havia disponível só para passeadeiras. Fizemos o levantamento delas todas e conseguimos lançar uma coisa intensiva, porque não é só pintar, é sobrelevar por um lado as passeadeiras e por outro rebaixar passeios também ao nível das acessibilidades. Não foi possível, queriam outro tipo de candidatura, nós insistimos muito na necessidade nessa premência, aliás, é um levantamento que já vem do mandato anterior, e como não sendo possível fazer uma empreitada só para isso, porque era para todo o Concelho, temos indo arranando, demora mais tempo, concordamos que a questão das passeadeiras em Almada



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

é problemática sobretudo para quem anda numa cadeira de rodas. Portanto, é fundamental termos aqui uma ação pelo menos sistemática e todas as obras de requalificação neste momento no espaço público, incluem ou sobrelevar a passadeira ou pelo contrário rebaixá-la para que todos possam passar em segurança.”

5.3.2 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à questão da Escola Anselmo de Andrade, como a Senhora Presidente disse, foi feita uma intervenção que resolveu, que se vier outra intempérie como a da outra semana, não vai resolver com certeza, e acho que todos nós tivemos a consciência do que foi aquela semana. Nós tivemos “N” ocorrências em escolas, não porque o telhado estivesse estragado ou o vidro partido, mas a própria água galgou as escolas e inundou as escolas. Tivemos escolas com quase 20 centímetros de água inundadas. Portanto, naquele dia resolveram-se as questões mais difíceis e com uma celeridade de coordenação de serviços que só assim é que se conseguiu, entre SMAS porque as águas arrastam lamas, ficaram todos os esgotos entupidos, e todas estas intervenções tiveram que se fazer coordenadas entre os serviços das obras, dos SMAS, no sentido de podermos recolocar as aulas em funcionamento e praticamente tivemos sorte porque coincide com a interrupção letiva e até se fizeram sem ser com o encerramento das aulas, porque os meninos e os professores estavam noutra atividade que não a atividade letiva.

Nós temos um programa de intervenção nas escolas e já aqui foi referido várias vezes, que elege como prioridade as intervenções estruturais. Estas não são estruturais, são intervenções que se fazem por força de uma necessidade que surge. E aquilo que vos digo é relativamente à Anselmo de Andrade depois ela terá que ser estrutural eventualmente, mas nem sequer poderá ser enquanto estivermos com este tempo de humidade e de intempérie. Isto é, é impossível de intervir num telhado que está completamente molhado e que não deixa de estar molhado.

Eu devo dizer-vos que nunca fui muito fan do meteorológico e agora sou passo a minha vida a ver as previsões do tempo por causa das escolas. E a previsão que temos para a semana é de chuva, 70% a semana toda. Portanto, eu não vou aqui dizer que as coisas não se repetem, vão se repetir e a única coisa que vos posso afirmar com toda a certeza, é que a Câmara Municipal está atenta e está a desenvolver o seu plano de intervenções estruturais, intervém naquilo que é o momento, rapidamente e de uma forma que prejudique o menos o funcionamento das escolas. Portanto, é isso que podem esperar de nós, é isso que temos feito até aqui, é isso que iremos continuar a fazer.”

5.3.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Para uma brevíssima nota relativa à intervenção da Senhora Múncipe Inês Pascoal, em representação da Associação Inspira Mobilidade, mas para além da Inspira Mobilidade, mais quinze instituições, para reafirmar aquilo que a CDU aqui apresentou na última Sessão da Assembleia Municipal, em termos de moção, concordamos com todas as seis prioridades que aqui foram elencadas, mas acrescentaríamos uma sétima prioridade que diz muito ao nosso Concelho, ao Concelho de Almada, que é a necessidade urgente de construção de uma estação na linha da Fertagus em Vale Flores. Seria a sétima prioridade relativamente a esta matéria e, portanto, reiterar aqui esta posição.

E também, deixar aqui um sinal de esperança de que este executivo e em particular a Senhora Presidente da Câmara Municipal, ponham toda a sua determinação como aqui foi afirmado pela Senhora Presidente, no sentido de concretizar estas prioridades. Porque é efetivamente necessário, que todos nós trabalhemos no sentido de melhorar a mobilidade e não atafulhar no automóvel particular como tem acontecido e como todos nós assistimos todos os dias no nosso Concelho.”

5.3.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser muito breve, só para descansar e de facto termos em todas as nossas intervenções, programas eleitorais, e até reuniões com o Governo, os anteriores, os vários anteriores e certamente o futuro que virá, a questão de Vale Flores também está contemplada, partilhamos essa mesma preocupação, partilhamos essa mesma prioridade. E, Senhor Deputado, normalmente determinação não me falte e insistência também não. Portanto, não propriamente por falta de determinação que eu sou conhecida, aliás, acho que foi com muita determinação que conseguimos pelo menos já estar a fazer o traçado do metro até à Costa da Caparica e da Trafaria. Garanto-lhe que foi mesmo muita, muita determinação.

Mas agradeço a confiança que me dá para continuar a lutar por Almada.”

6 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), usou da palavra para fazer perguntas à Câmara Municipal de acordo com o artigo 47.º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada.

6.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queremos aproveitar esta Sessão para lançar algumas questões que nos foram colocadas por alguns munícipes.

No Porto Brandão, moradores da Azinhaga dos Fornoelhos relataram-nos, através de queixas e fotografias, a grave situação que enfrentam diariamente.



MUNICÍPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

Os moradores desta zona enfrentam problemas críticos de iluminação pública. A rua é extensa, não tem luz, pois os candeeiros instalados não estão a funcionar. Segundo os relatos, ao reportar a situação na APP "Almada Mais Perto", os moradores foram informados de que a responsabilidade caberia à E-Redes, entidade que, por sua vez, nega qualquer competência para resolver o problema. Este impasse deixa os moradores sem solução, sem iluminação e expostos a riscos acrescidos de acidentes e insegurança.

A responsabilidade da iluminação pública não pode ser ignorada nem empurrada entre a E-Redes e a Câmara Municipal de Almada.

Além disso, as infraestruturas pedonais encontram-se gravemente degradadas. O pavimento está a rachar com algumas partes em risco de ruir, o pavimento e as paredes estão também no mesmo estado; as escadas de acesso às casas apresentam buracos escondidos pelas ervas, representando um risco para quem ali circula, tanto junto à estrada como nos acessos pedonais, representando um risco real.

Outra preocupação séria diz respeito à limpeza urbana e saúde pública. Não há qualquer intervenção de limpeza desde setembro de 2024, segundo o que nos é relatado, resultando numa infestação crescente de ratos, cobras e pulgas. O mau cheiro é descrito como insuportável, possivelmente devido à presença de animais mortos abandonados na área. "Além disso, materiais de construção abandonados, como telhas deixadas após obras, acumulam-se no local, agravando a proliferação de pragas. O crescimento descontrolado das ervas altas agrava a sensação de abandono e insegurança.

A situação descrita pelos moradores não pode ser ignorada nem pela Câmara Municipal de Almada, nem pela Junta de Freguesia. O estado de abandono em que se encontra o local faz com que seja sentido como uma terra quase fantasma, que não é de todo do interesse de ninguém, onde a ausência de iluminação, a degradação das infraestruturas e os riscos para a saúde pública impactam diariamente a qualidade de vida da população. Nesse sentido pedimos uma ação imediata.

Numa das muitas visitas que realizámos pelo Concelho, tivemos a oportunidade de estar no Mercado Municipal da Charneca de Caparica, onde ouvimos diretamente os comerciantes que ali trabalham diariamente. O que nos foi relatado exige uma resposta célere e eficaz por parte do Município.

Várias bancas de peixe, fruta e outros produtos essenciais denunciaram uma infestação de baratas, representando um sério risco para a saúde pública. Além disso, estas pragas têm causado danos em equipamentos fundamentais, como terminais de pagamento eletrónico entre outros dispositivos, gerando prejuízos avultados para os vendedores.

Ainda mais preocupante é que, além das dificuldades habituais, os comerciantes foram obrigados a suportar custos adicionais inesperados, desde reparações de equipamentos danificados até à instalação de sistemas de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

controlo de pragas. E tudo isto num mercado público, gerido pelo Município, onde pagam renda e onde deveriam ter garantidas condições mínimas de higiene e segurança.

Segundo as queixas, a origem destas infestações parece estar num espaço cedido pela Câmara Municipal a uma associação de cariz social. Embora se reconheça a importância do trabalho desenvolvido por esta entidade, tal não pode servir de justificação para negligenciar a manutenção e higiene do mercado. A responsabilidade última pela conservação e salubridade do espaço cabe ao Município, que não pode permitir que os vendedores sejam prejudicados por falhas na gestão.

Identificámos também lojas encerradas desde a pandemia da COVID-19, que continuam a manter o seu espaço fechado, sem qualquer atividade. Estas áreas sem movimento tornam-se propícias à proliferação de pragas, contribuindo para a degradação do mercado e criando um ambiente desfavorável tanto para os comerciantes ativos como para os clientes.

O Mercado Municipal da Charneca de Caparica é fundamental para a economia local, servindo não apenas os comerciantes, mas também os clientes que ali fazem as suas compras diárias. A degradação deste espaço afeta diretamente a confiança da população, a qualidade dos produtos vendidos e o próprio futuro do mercado.

Assim, impõem-se questões urgentes:

- Que medidas concretas pretende a Câmara Municipal adotar para erradicar esta praga e evitar que situações semelhantes voltem a ocorrer?
- Está prevista uma intervenção para melhorar as condições sanitárias e garantir a manutenção regular do espaço?
- Vai ser realizada uma vistoria urgente para avaliar a real extensão do problema e implementar soluções eficazes?
- Qual o plano da Câmara Municipal para reabilitar as lojas fechadas e revitalizar o mercado, evitando zonas abandonadas que agravam a situação?

Os comerciantes e os cidadãos da Charneca de Caparica merecem respostas concretas e ações imediatas.”

6.1.2 – Para esclarecimentos usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS).

6.1.2.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A intervenção do Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, não foi manifestamente uma declaração política. No Regimento facilmente pode ser enquadrada como um direito que os Senhores/as Deputados/as Municipais têm no Período de Antes da Ordem do Dia, de colocar questões ao executivo e de tratar de assuntos gerais da



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Autarquia. Poderia ser feito, o ponto é que devia ser feito depois das declarações políticas. Ainda assim, aquilo que é dito não pode ser desdito, não me pareceu que devesse interromper o Senhor Deputado Municipal para o fazer. Mas, acho que devemos cumprir aqui um procedimento regimental alternativo, já que o Senhor Deputado colocou questões, eu acho que devemos deixar que a Câmara Municipal as responda e então passamos às três declarações políticas que deviam ter sido feitas antes dessas perguntas que o Senhor Deputado fez e que tinha também o direito de as fazer, não era é uma declaração política.”

6.1.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, com o devido respeito, a intervenção política é o que o Deputado achar conveniente. Se a intervenção política do Deputado Municipal é chamar a atenção dos problemas do Concelho, eu acho que está na legitimidade de qualquer Grupo Municipal e qualquer Deputado, fazer a intervenção nesse sentido, nem que sejam perguntas retóricas à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal.”

6.1.2.3 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado, os diversos Deputados Municipais têm o direito de fazerem as intervenções que querem dentro daquilo que são os preceitos regimentais, uma delas que está tipificada são as declarações políticas, que não foi aquilo que o Senhor Deputado Municipal fez. Outra é colocar questões ao executivo que pode fazê-lo, não se chama é declaração política, são pedidos de esclarecimentos ao executivo. Pode ser feito no Período de Antes da Ordem do Dia, é feito posteriormente às declarações políticas. O meu ponto é apenas esse pedindo a autorização ao plenário para que nós tratemos primeiro esta intervenção e depois passamos às declarações políticas. As declarações políticas podem ser objeto de questões, mas são questões de terceiros a quem proferiu a declaração política e não questões de quem profere a declaração política a terceiros.”

6.1.3 – Para responder ao Senhor Deputado Municipal usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS) e o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, Pedro Matias (PS).

6.1.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Mercado da Charneca de Caparica, é gerido pela Junta de Freguesia e, portanto, eu vejo aqui o Senhor Presidente da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda a fazer sinal.

Agora, eu quero dar nota e quero descansar aqui as pessoas, o Mercado da Charneca de Caparica é dos melhores mercados que nós temos em Almada. Os nossos mercados estão muito bons, os produtos não correm qualquer



perigo e esta imagem absolutamente catastrofista e dramática, cheio de ratos e baratas a correrem de um lado para o outro, é obviamente uma falsidade. E os vendedores do Mercado da Charneca de Caparica, merecem mais respeito pela qualidade dos seus produtos, pela limpeza das suas bancas e isso não invalida a necessidade de obras que este como outros mercados têm. Portanto, estes dramatismos que supostamente em nome da defesa das pessoas, se eu fosse comerciante do Mercado da Charneca de Caparica, neste momento dizia: “mas aquele Deputado é louco, era o faltava, agora na minha banca correm baratas?” Claro que não correm baratas na banca do Mercado da Charneca de Caparica. Não correm. Agora, que haja baratas? Isso há, e há em todo o lado. E deixe-me também que lhe diga, que por muito que a gente faça, elas vão voltar a aparecer, mas eu aí depois, deixarei o responsável pelo Mercado poder responder. Mas deixe-me que lhe diga, eu vou sempre que posso fazer compras ao Mercado da Charneca de Caparica e aconselho toda a gente a lá ir, com toda a segurança, comprar produtos maravilhosos, que não correm perigo. O perigo é o seu partido, Senhor Deputado, não são os produtos da Charneca de Caparica.

Depois, relativamente à iluminação pública, é de facto um problema. Como sabe está a decorrer um concurso ESSE, temos tido imensos problemas com a E-REDES e peço desculpa, mas a manutenção dos postes de iluminação pública ainda são da responsabilidade da E-REDES. Quer dizer que a Câmara Municipal não pode chegar lá, não pode ir desatarraxar as lâmpadas que lá estão e mudar, não pode. E até eu tenho insistido o tempo todo e esperamos que de facto com o grande concurso da ESE, a gente vá ter por fim não só uma iluminação muito mais abrangente em todo o território, todo em LED, mais económica e sobretudo com maior durabilidade. É verdade que, tem sido um pouco um calvário, nós reportamos, insistimos várias vezes, eu própria tenho telefonado para o novo Coordenador da E-REDES sistematicamente, e lá acaba por se resolver, mas não tem sido fácil. E, portanto, o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro que acompanha mais de perto essa matéria, não está cá hoje, e eu tenho dificuldade em dizer-lhe em concreto se já está prevista alguma intervenção ou não, mas agradeço o alerta que nos deixa e irei desde já reportar e tentar saber qual é a situação.”

6.1.3.2 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à limpeza, em novembro estivemos no sítio que referiu a cortar ervas e temos nova intervenção prevista para breve. E todos sabemos a dificuldade de acesso aos locais que o Senhor Deputado referiu. Portanto, recolhemos monos assiduamente, não pode dizer que não vão lá desde 2024 limpar. Ervas pode, porque foi em novembro de 2024, portanto, bate certo, mas teremos nova intervenção rapidamente.

Relativamente à limpeza ela feita, a imagem que o Senhor Deputado Municipal aqui deu é que ninguém lá vai, não é verdade. Há locais com muita dificuldade de acesso. Também nos locais que reporta, mas não é verdade



aquilo que disse, vão lá recolher o que houver e nos sítios onde é possível recolher. Portanto, a imagem que dá e a generalização que faz não é correta.”

6.1.3.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Infelizmente, as imagens e as fotos que temos, não podem ser mostradas e não podemos publicá-las aqui porque não temos recursos e meios audiovisuais. Mas, o que os moradores que nos fizeram chegar e eu disse “setembro”, acho que têm que prestar um bocadinho mais de atenção aos nossos discursos, eu disse setembro de 2024, quando lá estiveram. Não disse que não tinham lá estado em 2024. Eu até fui factual com os dados que dei. As imagens que nos fizeram chegar, imensos munícipes que lá moram, demonstram de facto, o estado em que a situação está.

Relativamente às queixas da Charneca de Caparica, é muito simples, basta falar com os moradores das lojas, as queixas que eles apresentaram sobre ratos, as queixas de baratas nas bancas e o que se tem lá passado. A Senhora Presidente diz que lá vai muitas vezes, mas o que diz o Mercado é que não costuma lá ver ninguém. Por isso, deve ir disfarçada porque ninguém a tem lá visto.

Mas o CHEGA tem lá ido e tem visto. E efetivamente, as bancas estão limpas, concordo. Os produtos estão salvaguardados, mas à custa do dinheiro gasto pelos vendedores a controlar a praga, não é valor gasto pela Câmara Municipal. O Mercado tem de facto, produtos excelentes, tem produtos de grande qualidade, mas garantido pelo trabalho dos vendedores em manter a zona limpa e reinvestir no equipamento e não pelo trabalho feito por este executivo.”

6.1.3.4 – O Senhor Deputado Municipal – Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria me dirigir ao Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, relativamente ao Mercado da Charneca de Caparica, porque devia fazer melhor o trabalho de casa. Vem aqui dizer que é da responsabilidade da Câmara Municipal e não é. Quem faz a gestão e manutenção do Mercado da Charneca de Caparica, é a Junta de Freguesia há mais de 30 anos. Foi transferido para a Junta de Freguesia e é a Junta de Freguesia que faz essa manutenção.

Dar-lhe nota de que, a Câmara Municipal de Almada e a Junta de Freguesia, têm um planeamento de desbaratização e desratização durante os anos civis, inclusive houve agora um reforço da Junta de Freguesia para outro reforço ao nível das baratas e ao nível também da desratização, mas esse problema das baratas há em todos os mercados. Sempre houve naquele mercado. E há em todos. Na Sobreda também há. Onde há alimentos naturalmente, essas pragas vão crescendo e é preciso combatê-las. Agora, dizer que no Mercado não



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

é feito esse trabalho, que a Junta não faz esse trabalho, e que a Câmara Municipal não faz, isso não é verdade. Eu percebo que houve um problema de uma comerciante, disse a Senhora que houve ali um problema com as baratas, que acabaram por inundar o próprio TPA e que vai ter que o pagar. Mas isso são os riscos, provavelmente ele não avariou só por isso, provavelmente também teve desgaste, tem muitos anos. Agora, dizer que não há trabalho, isso não é verdade. Aquele Mercado é limpo todos os dias. Todos os dias é limpo e é lavado. Tem uma máquina que limpa tudo, são retiradas as grelhas, são limpas as grelhas, toda a desbaratização e desratização é feita regularmente. Agora, dizer que a Loja da Colmeia Vigilante é responsável pelas baratas no Mercado, não é verdade. Isso não é verdade. Podia ser outra loja com outra atividade e podia ter baratas. Mas essa questão da Colmeia Vigilante, dar-lhe nota que a Colmeia Vigilante também sairá brevemente do Mercado e vamos fazer hasta pública para as duas lojas que a Colmeia Vigilante ocupa e iremos colocá-las no Mercado.

Dar-lhe uma outra nota que também fez mal o trabalho de casa. Se me souber dizer quais são as lojas que estão encerradas, eu não conheço nenhuma loja encerrada no Mercado da Charneca de Caparica. Não há nenhuma loja encerrada no Mercado da Charneca de Caparica. Há uma loja que trabalha diariamente, com uma formação da Única de informática, obviamente está fechada ao público, mas todos os dias tem gente na formação de informática. Não há nenhuma loja, nem nenhuma banca fechada naquele Mercado. Provavelmente não foi ao mercado ou não viu o mercado ou mandaram-lhe algumas mensagens, não existe no Mercado da Charneca de Caparica nenhuma loja fechada. Isso não é verdade.

Relativamente ao resto, eu percebo que estamos em ano de eleições, eleições legislativas, dia 28 de setembro temos as autárquicas, isto agora vai ser o lixo, os mercados, os ratos, vai haver para aqui um número grande. Mas, temos que manter o nível e é preciso manter isto com alguma serenidade, e os almadenses em casa querem é ouvir as propostas que o CHEGA tem, que os partidos têm para desenvolver o Concelho de Almada, não querem aqui esses alarmes sociais de que os mercados não estão em condições e que não há lá ninguém e que não é acompanhado. As pessoas não querem ouvir isso, querem é que o CHEGA e os outros partidos que estão aqui representados, que quando chegar a altura apresentem as suas propostas para o Concelho de Almada.”

6.2 – Para apresentarem Declarações Políticas usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais José Alberto Lourenço (CDU) e José António Rocha (BE).

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aquilo a que vimos assistindo em Almada nos últimos tempos, deveria envergonhar-nos a todos. Como foi possível chegar aqui? Da mobilidade à limpeza urbana e em especial à habitação, nunca a situação foi tão grave.



MUNICÍPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

Na mobilidade, nas horas de ponta e não só, todos somos convidados a descobrir azinhagas e ruelas por onde tentar fugir ao caos que está instalado no Concelho, que torna num inferno a saída para o emprego e para escola, e no fim do dia o regresso a casa.

Com a sua convivência, cumplicidade, incompetência e inoperância, esta Câmara Municipal permitiu que o Concelho chegasse ao caos atual, e até agora não se lhe conhecem quaisquer medidas que minimizem o inferno que está criado.

A participação da Câmara Municipal no lançamento agora, depois de sete anos de hibernação de um debate público sobre a extensão do metro à Costa da Caparica e à Trafaria, tem alguns laives de provocação pelo momento em que ocorre e em que se presta a não ser mais do que uma coluna de fumo.

Claro que não há almadense que esteja contra esse prolongamento do metro, e apesar de todos os atrasos e financiamentos comunitários perdidos para este projeto provocados única e exclusivamente pelo PS em Almada, o metro chegará um dia à Costa da Caparica, à Trafaria e à Charneca de Caparica, porque a mobilidade no futuro e a vontade dos almadenses, o imporão. Mas o que nós todos queríamos mesmo e agora, era que esta Câmara Municipal, com os meios ao seu alcance, que são bastantes, tomasse todas as medidas necessárias para minimizar os incómodos diários por que todos passamos.

Deixemos a mobilidade e debrucemo-nos sobre o enorme problema que constitui a limpeza urbana.

Chegaram à Câmara Municipal os atuais inquilinos do Partido Socialista, erguendo a bandeira da limpeza e anunciando trazer na manga a solução.

Afinal, aquilo a que vimos assistindo, é à sua continua degradação com cada vez menos trabalhadores e mais desmotivados, falta de investimento ou equipamentos, desmantelamento dos serviços e tentativa de empurrar parte do problema para a responsabilidade das Freguesias. À falta de melhor solução, temos hoje uma Câmara Socialista que em vez de investir no serviço de recolha de lixo, na sensibilização dos munícipes para as boas práticas e na fiscalização, quer fazer de cada munícipe um delator.

É claro que quando uma Câmara Municipal desce a este nível na procura de soluções para um problema tão grave como o da limpeza urbana, é porque está a um passo de fazer aquilo que esta Câmara Municipal nos vem propor aqui hoje, que é a concessão a privados da prestação destes serviços. Esta é a forma eufemística de se dizer aquilo que sempre denunciámos, esta Câmara Municipal de Almada, incompetente e incapaz de resolver este grave problema do nosso Concelho, prepara-se para proceder à sua privatização.

Debrucemo-nos finalmente, sobre o problema talvez mais grave, que milhares e milhares de almadenses enfrentam nos dias que correm, o problema da habitação.



MUNICÍPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

São milhares as famílias do nosso Concelho que necessitam de uma habitação digna e que vivem em barracas, casas abarracadas, sem quaisquer condições de salubridade, que partilham espaços habitacionais com outras famílias ou que embora tendo já constituído família, vivem ainda em casa dos pais, avós, ou outros familiares. Como são também alguns milhares de almadenses que vivem no parque municipal da habitação, grande parte dele construído há décadas e a necessitar de obras profundas de conservação e de reabilitação e não obras de fachada.

Famílias que, perante os valores exorbitantes hoje praticados nos arrendamentos privados e perante os valores a que estão a venda dos fogos no nosso Concelho, acreditaram que com a apresentação da Estratégia Local de Habitação, teriam finalmente ali a solução para o seu problema de habitação. Se grande era a esperança, maior é a desilusão.

Da Estratégia Local de Habitação e dos seus mil e seis fogos que iria construir e mil duzentos e setenta do parque municipal de habitação, que iri reabilitar até 2026, com o apoio do PRR, num investimento total de mais de 188.000.000.00€ (cento e oitenta e oito milhões de euros), nunca mais ouvimos falar, e nem à Assembleia Municipal o atual executivo do PS se tem dado ao trabalho de anualmente apresentar o relatório da sua evolução como a lei obriga.

Como vivemos no Concelho e vamos vendo, ouvindo e lendo, percebemos que os munícipes se alguma vez acreditaram na Estratégia Local de Habitação de Almada, foram ao engano e vão ter de esperar muitos anos e não vai ser com estes eleitos do PS no poder, que alguma vez terão direito a uma habitação digna.

Em recente entrevista a um órgão de comunicação social, a Senhora Presidente falta à verdade quando afirma que a Câmara Municipal candidatou todos os projetos que achava urgentes e que considerava capaz de executar até 2026 num montante de 52.000.000.00€ (cinquenta e dois milhões de euros).

Numa consulta ao Portal da Transparência que nos informa sobre todas as candidaturas aprovadas do nosso Município para construção, reabilitação e aquisição de fogos, mostra-nos que na verdade estão aprovados 15.400.000.00€ (quinze milhões e quatrocentos mil euros) de financiamento, e recebidos pelo Município 4.200.000.00€ (quatro milhões e duzentos mil euros) correspondentes ao que até agora foi executado. Para quem falava numa capacidade para executar 52.000.000.00€ (cinquenta e dois milhões de euros), executou até agora 4.200.000.00€ (quatro milhões e duzentos mil euros) 8% apenas, o mínimo que podemos dizer, é que estamos perante um executivo municipal sem qualquer visão estratégica, sem projeto para o nosso Concelho e incapaz de promover e executar as políticas públicas de habitação, de que este Concelho tanto necessita, e por isso aprovou uma Estratégia Local de Habitação que rapidamente ignorou, sem conseguir até agora construir uma única habitação.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Pressionada pelos nossos munícipes a viverem em condições indignas e pôr aqueles a quem demoliu as suas habitações precárias, como foi o caso das dezenas de famílias que viviam sobre a vala do 2.º Torrão, que provisoriamente foram realojadas em Concelhos limítrofes e que agora dois anos e meio depois, terminados os contratos dos realojamentos provisórios voltam ao Concelho, a Câmara Municipal que lhes tinha prometido construir entretanto noventa e cinco fogos e não o fez, vira-se para o parque habitacional municipal e procura encontrarem os fogos que necessita e com que se comprometeu.

Muitos dos nossos munícipes a viverem em bairros municipais e que por várias razões, sejam elas económicas, que levaram e levam aos atrasos do pagamento das suas rendas ao Município, ou sociais que determinaram alterações no agregado familiar e na sua dimensão, são agora alvo desta Câmara Municipal e vivem hoje em permanente sobressalto.

Ainda esta semana assistimos ao despejo de uma família no Bairro Madame Faber, para que se procedesse ao realojamento ali de uma das famílias que vivia sobre a vala do 2.º Torrão e que regressou ao Concelho terminado o seu realojamento provisório fora do Concelho, num clima de grande tensão e com a presença de um forte contingente da GNR.

Temos também tomado conhecimento de que várias famílias a quem há dois anos atrás foi demolida a sua habitação precária, por razões de segurança e a quem foi prometida uma habitação nova, que iria ser de imediato construída, os serviços municipais estão a disponibilizar habitações do parque municipal, que em vários casos se encontram degradadas e não reúnem condições para se receber os novos inquilinos. E mais grave ainda, quem não aceita a proposta apresentada pelos serviços municipais de habitação, está a ser convidado a aceitar renunciar a ser realojado.

Esta Câmara Municipal de gestão do PS, ao longo dos últimos quase oito anos, num período em que tivemos como nunca antes dinheiro da União Europeia para financiar a construção e reabilitação de habitação pública, semeou promessas atrás de promessas, pouco ou nada fez e agora colhe tempestades.

Pela sua completa inação desculpou-se no mandato anterior, com o COVID, desculpou-se no início deste mandato com a guerra na Ucrânia, e no último ano, após a queda do Governo PS, as culpas passaram a ser exclusivamente do Governo e do IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.

A poucos meses do novo ato eleitoral para as Autarquias, a CDU reafirma as suas profundas críticas à gestão socialista do Concelho dos últimos oito anos, que não contribuiu para a resolução de nenhum dos graves problemas do dia a dia da nossa população, antes os agravou.

Reafirmamos uma vez mais o nosso empenho permanente, agora e no futuro e com trabalho, honestidade e competência, tudo faremos para melhorar a vida de todos os almadenses.”



6.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Confesso que fiquei um bocadinho baralhado com esta questão da declaração política, porque eu trago um documento que é uma declaração política, refere política, é um caso político, por gestores políticos e levanta uma série de questões. Portanto, ponho as questões ou não ponho, há sempre esta dúvida. De qualquer modo eu vou ler que o conteúdo é político e penso que faz todo o sentido.

Senhora Presidente Inês de Medeiros, tivemos conhecimento da situação grave que ocorreu no passado dia 11 de março, no bairro Madame Faber, na Trafaria, envolvendo um despejo de habitação municipal, onde residia um casal com uma criança de tenra idade.

Este despejo foi, supostamente, motivado pela alegada irregularidade da situação da habitação, e o que torna a situação ainda mais preocupante, são os relatos que nos chegaram de agressões e detenções de moradores por parte da GNR durante a execução deste despejo.

Ou seja, além do desespero e da insegurança de serem postos na rua sem qualquer alternativa habitacional, ainda foram detidos e vítimas de violência.

Senhora Presidente, se não sabe, deveria saber que essa comunidade ainda vive nos dias de hoje como uma família, o casal e a criança, que estavam a residir numa casa camarária, pagavam a renda e estavam inseridos na comunidade local. É gente do bairro, gente que sempre fez parte desta família comunitária, que se encontram agora sem alternativa habitacional e expostos a uma situação de extrema vulnerabilidade, ao que tudo indica, por decisão da Câmara Municipal de Almada.

Perante este quadro alarmante, a bancada do Bloco de Esquerda considera relevante os esclarecimentos sobre alguns pontos cruciais, que nos preocupam profundamente:

1. Quem emitiu as instruções para a execução deste despejo?
2. Quais foram as razões concretas que levaram a que se chegasse a esta situação de despejo?
3. A Câmara Municipal tem ou não conhecimento da situação da família que foi despejada?
4. Houve algum acompanhamento social da situação desta família antes de se proceder ao despejo?
5. Foi acautelada alguma solução alternativa para esta família, especialmente tendo em consideração a presença de uma criança?
6. A Câmara Municipal acompanhou a ação de despejo e se confirma os relatos acerca da atuação das forças de segurança durante o processo.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É fundamental que, enquanto responsáveis pela gestão pública desta autarquia, nos forneçam os esclarecimentos necessários sobre os motivos e ações que levaram a esta situação.

O que está em causa não é apenas uma mera questão administrativa, o que está em causa é a defesa dos direitos das famílias a uma habitação digna.

E é com base nesse direito fundamental, que exigimos que os senhores se pronunciem e respondam de forma objetiva.

Veja bem, Senhora Presidente, ao final do seu segundo mandato, as promessas de construção de milhares de fogos para habitação pública não foram cumpridas.

Os imóveis públicos da autarquia destinados à habitação foram completamente negligenciados, estando grande parte deles em avançado estado de degradação.

As promessas feitas aos Almadenses ao longo de anos não se concretizam.

São milhares as famílias que esperam e desesperam para conseguir uma casa para morar.

No entanto, ao que tudo indica, diante desse cenário alarmante de carência habitacional, a solução do executivo que a Senhora Presidente lidera, é tal, como neste caso em concreto, expulsar de suas casas famílias vulneráveis, com poucos recursos. Isto não tem explicação.

E questionamos, este caso tem todas as condições para ser regularizado. Porque é que não o fazem? Pelos visto essa não é a vontade do Partido Socialista que opta pelo despejo em vez de fazer o que lhe compete que é criar condições para aumentar a oferta de habitação pública. Essa é a vossa responsabilidade e era isso que deviam ter feito e não o fizeram. Cumprindo o que prometeu à população Almadense quando foram eleitos. É importante que nos expliquem as opções de atuação da Câmara Municipal de Almada, em situações que denotam não só uma tremenda falta de capacidade para gerir a Autarquia, mas sobretudo uma total falta de sensibilidade perante famílias em desespero.”

6.2.2 – No debate usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS), a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS) e o Senhor Vereador Filipe Pacheco (PS).

6.2.2.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ler o que está no Regimento.

O artigo 44.º do Regimento, aquilo que diz é que, no Período de Antes da Ordem do Dia das Sessões Extraordinárias, pode ser dedicado ao tratamento pelos Deputados Municipais de assuntos gerais para o interesse da Autarquia, perguntas e pedidos de esclarecimentos dos Deputados Municipais sobre a atividade da



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Câmara Municipal, qualquer um destes dois se enquadra. A Apresentação de votos de pesar, não o fizemos hoje, a apresentação de documentos apresentados ao abrigo da alínea anterior, ou seja, relativamente aos votos de pesar, e declarações políticas e outras intervenções relevantes. E tem uma ordem. Mais à frente estipula que primeiro são os votos de pesar, depois são as declarações políticas, depois as intervenções de interesse municipal.

Nós hoje tripudiamos esta ordem completamente. Mas existindo questões que são colocadas pelo Bloco de Esquerda à Câmara Municipal, parece-me fazer sentido que seja respondido agora e depois a seguir faz-se a declaração política que está pendente, que é a do Partido Socialista.”

6.2.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu fico tão escandalizada cada vez que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço faz uma declaração, porque não sei, eu a certa altura parece que esta sala, os lados mudam, e, portanto, eu nem sequer vou comentar o que ouvi sobre os munícipes que foram realojados noutra Concelho e que agora nós cumprimos o prometido que é trazê-los de volta ao Concelho.

Portanto, nem vou comentar o que está subjacente às suas palavras para ver se ainda tenho algum respeito por essa bancada que eu já respeitei muito. Mas deixem-me que vos diga, sempre que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço faz uma intervenção, eu confesso que foi preciso eu chegar a Almada, para de facto, a CDU e neste caso o PCP, mostrar o seu verdadeiro rosto. Não admira que estejam a perder eleitorado e que esse eleitorado esteja a ir para outras bandas, que curiosamente, até parecem muito parecidas convosco.

Portanto, não estou a confundir e aconselho os Senhores Deputados a irem ouvir a gravação e terem a consciência do que é que o vosso Deputado Municipal, sim Senhor Presidente Luís Palma, veja bem o que é que um Deputado da sua bancada disse aqui hoje. Veja com calma.

Agora, sobre a mobilidade e o tempo está a correr. Na mobilidade estamos no absurdo. Então vamos lá ver. A Câmara Municipal prometeu lutar e lutou e conseguiu que a extensão do metro até à Costa da Caparica esteja a realizar. A versão do Senhor Deputado Municipal José Lourenço e da CDU, é que só está agora a acontecer a extensão do metro, por inércia do PS de Almada. É uma coisa absolutamente extraordinária.

Sobre a limpeza, mais uma vez não fizemos nada, na versão do Senhor deputado Municipal José Lourenço. E que não houve investimento.

Então eu vou só ler o investimento que foi feito na higiene urbana nos últimos anos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No primeiro mandato entre 2017 e 2021, foram dez viaturas de recolha, sete viaturas pesadas de mercadoria, dois tratores para areal e desmatção, uma máquina de limpeza do areal, fora as pequenas varredoras que nós já nem contamos.

Entre 2021 e 2024, foram sete viaturas de recolha, uma viatura pesada com sistema ampliroll, duas varredoras ligeiras, uma viatura ligeira de lavagem, a renovação do sistema ampliroll numa outra viatura pesada, aquisição de duas tremonhas para viaturas pesadas de recolha, dois reboques para limpeza nas praias, substituição de coluna de grua na viatura pesada, trator com pá carregadora e mais uma mini pá carregadora. Estamos só a falar de investimento. Portanto, nunca em muitos anos houve tanto investimento na higiene urbana. Portanto, só aí os números demonstram o contrário.”

6.2.2.3 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado José Rocha, Senhor Deputado José Lourenço, eu sei que a campanha eleitoral já começou em Almada, aliás, ela começou quando os Senhores chumbaram o orçamento e garantiram que esta Câmara Municipal não tinha um orçamento para executar, mas eu acho acima de tudo, que a política em Almada beneficia muito de clareza, e acho que era importante a CDU, Senhor Deputado José Lourenço, Senhor Deputado José Rocha, a quem eu respeito muito, acho que era muito importante serem claros com os almadenses. Digam que defendem, como vieram aqui defender as ocupações ilegais de casas municipais. Aliás, defender da forma como fizeram, ou procurar confundir, aquilo que é eventuais atrasos de pagamentos de renda como eu ouvi o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, e dizer que as pessoas vivem com medo face aos despejos de ocupações ilegais que a Câmara Municipal faz e bem, é procurar desassossegear as pessoas e confundir o que não deve ser confundido.

Há uma coisa que esta Câmara Municipal não faz, é desocupar pessoas com rendas em atraso, aliás, como os senhores sabem, faz-se planos de pagamento com toda a frequência, coisa diferente é como tem feito desocupações neste caso não são desocupações, aliás, a Câmara Municipal não faz desocupações, faz tomadas de posse administrativas de casas, que vêm à sua posse e para uma coisa muito simples, para as atribuir. Cada habitação abusivamente ocupada, é uma habitação que não é atribuída segundo as regras instituídas, a uma das famílias que está à espera. Digam com clareza, às centenas de famílias que estão à espera de uma habitação municipal, algumas delas há meses ou anos, que essas pessoas não têm uma habitação porque alguém ocupa essa habitação ilegalmente. Digam-lhes diretamente.

Naquilo que depender deste executivo, não vamos tolerar com vendas de chaves, não vamos tolerar com ocupações ilegais, e, portanto, aquilo que fazemos tal como o caso que citaram e nós não gostamos de fazer como os senhores sabem, de falar de casos pessoais, mas aquilo que nós fazemos é uma coisa muito simples,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

fazer uma tomada de posse administrativa, de vir a casa à posse do Município para atribuir segundo as regras que estão instituídas.

Segundo, nós temos centenas de famílias à espera dessas casas.

E agora, Senhor Deputado Municipal José Lourenço, dizer como disse, que, agora há pessoas a viverem em barracas? Agora? Se hoje ainda há barracas em Almada, foi porque a CDU durante os trinta e tal anos de poder, não resolveu o problema que outros Municípios resolveram. Aliás, dizer que há parque municipal que está por requalificar? Quando o PS chegou, mais de 60% do parque municipal tinha necessidades urgentes ou muito urgentes, de requalificar relatório de 2021. Portanto, aquilo que está a ser feito como os senhores sabem, é precisamente essas obras.

Concluirei desta forma: connosco há uma divergência muito grande, não toleraremos ocupações ou vendas de chaves, e aquilo que queremos e que atuamos todos os dias, é para recuperar habitações, retomá-las à posse do Município, reabilitá-las e atribuí-las segundo as regras que estão instituídas. Hoje em Almada, toda a gente sabe as regras e porque é que uma habitação municipal é atribuída, coisa que quando os senhores governaram não era assim.”

6.2.2.4 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (PS) para defesa da honra, artigo 55.º do Regimento da Assembleia Municipal.

6.2.2.5.1 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostava que tivessem respondido ou que pelo menos tivessem ouvido aquilo que eu disse. Eu não disse em ponto nenhum, que defendia as ocupações, em lado nenhum eu referi isso.

Aquilo que o Senhor Vereador está a dizer é mentira pura e simplesmente. Vá ler a minha intervenção e verá se nalgum lado ou aqui algum munícipe poderá, aliás, os munícipes estiveram a ouvir-me e acho que estiveram a ouvir com muita atenção aquilo que eu disse, provavelmente não estive a dizer disparates. Em lado nenhum eu defendi que se ocupassem fogos. O que eu disse, trocado por miúdos é o seguinte: esta Câmara Municipal não construiu um fogo, esta Câmara Municipal comprometeu-se com munícipes que por razões de segurança que invocou na altura, tirou de uma determinada zona, comprometeu-se com eles que lhes arranjará um fogo novo. Passados dois anos não há nada para ninguém, os munícipes voltam ao Concelho, dizem que no sítio onde estão acabou o contrato e o que lhes está a acontecer é que lhes estão a atribuir fogos municipais, alguns deles, não reunindo condições para que as pessoas que lá vão. Isto é, os fogos não estão em condições. E é obvio que, não havendo fogos novos e havendo esta pressão para realojar estas famílias, aqueles que vivem em habitações municipais por razões várias que todos conhecemos, não precisamos de contar aqui a vida dos nossos munícipes, podem ter rendas em atraso, sabem perfeitamente, que a pressão sobre eles é enorme. Não estou a dizer que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

os despejam. Da mesma forma que os agregados familiares que agora existem, porque as famílias crescem numa determinada fase da sua vida, e diminuem noutra, começam a ficar aterrorizados porque com esta autêntica caça ao fogo para responder a estas famílias e outros, aos milhares que aparecem na Câmara Municipal, o que está a acontecer é que estas famílias vivem sobre uma enorme pressão.

Foi isto que eu disse. Não disse mais, aliás, foi interessante, falaram, falaram muito, não responderam a nenhuma das questões que coloquei e acabaram por insultar o meu colega Paulo Júnior.”

6.2.2.5 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas (CDU), solicitando ponto de ordem à Mesa, artigo 51.º do Regimento da Assembleia Municipal.

6.2.2.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

(O micro não está ligado durante a intervenção, pelo que intervenção está inaudível)

6.2.2.6 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS), para prestar esclarecimentos.

6.2.2.6.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas tem razão, eu quando dei a palavra à Câmara Municipal era para responder aos pedidos de esclarecimento que foram proferidos pelo Senhor Deputado Municipal José Rocha.

A partir do momento em que a Câmara Municipal se dirige a outro Senhor Deputado, como acontece sempre nos nossos debates, eu não irei interromper porque faz parte da dinâmica do debate. Na questão de fundo tem razão por que quando a Mesa passou a palavra à Câmara Municipal, era de facto para responder às perguntas que foram feitas pelo Senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda.

A Mesa, aquilo que é a nossa responsabilidade é, agora a responsabilidade dos Senhores Deputados Municipais é lerem o Regimento e perceber a diferença de uma declaração política e de perguntas à Mesa. E aí a Mesa depois pode enquadrá-las de acordo com aquilo que são os procedimentos regimentais para que o debate se faça com ordem. É verdade, que a dada altura, acho que não devemos silenciar o debate que está a ser feito e eu disse-o exatamente, quando as primeiras perguntas foram feitas, optamos por não interromper o Senhor Deputado Municipal do CHEGA, que manifestamente não era nesse ponto que deviam estar a ser feitas as perguntas.”

6.2.2.7 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS), para resposta ao pedido de defesa da honra.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.2.2.7.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu fico sempre quase comovida quando vejo o afim e o empenho que a CDU tem a tentar condicionar as palavras e as respostas dos outros, que não pensam como eles e em particular a minha. Portanto, vou descansar aqui os Senhores Deputados, podem continuar a tentar eu continuarei a responder como acho que devo responder às questões que me são suscitadas.

Relativamente à defesa da honra, eu lamento, mas eu não retiro uma única das palavras que disse, porque eu e todas as pessoas de bem, e todas as pessoas do estado de direito, e todas as pessoas com sentido de justiça, se sentiram ofendidas com a declaração do Senhor Deputado Municipal José Lourenço, que eu acho e volto a dizer, considero uma vergonha a sua declaração que está filmada. Portanto, é muito fácil repegar nas suas palavras.”

6.2.2.8 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE), para esclarecimentos.

6.2.2.8.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para uma breve nota relativamente ao que foi dito pelo Senhor Vereador Filipe Pacheco, relativamente a estarmos aqui em campanha eleitoral.

Nem sequer me vou referir a isso, porque acho que não merece resposta, o Senhor Vereador sabe perfeitamente porque é que o Orçamento foi chumbado, foi o fim da relação do PSD e não tem nada a ver connosco. Portanto, essa já não pega com certeza.

Agora, apenas dizer que, esperamos sinceramente que as eleições nos tragam a tranquilidade para discutirmos o que realmente importa que é milhares e milhares de almadenses sem habitação. Isso é que é importante discutir.

E já agora Senhor Vereador, o conceito de justiça que o Senhor aqui nos apresenta, enfim é um bocado questionável. O Senhor acha que é justo que pessoas que estão à espera há mais tempo irem para uma habitação porque não têm condições para terem uma habitação de outra forma, tem que ser com o apoio publico ou a habitação municipal e as pessoas que lá estão porque tiveram que recorrer às vezes à habitação ou artimanhas para estarem nas casas porque também não têm condições, são pessoas também que, socialmente ou economicamente fragilizadas, os senhores acham que é justo tirar uma pessoa para meter outra que já está há mais tempo à espera, se bem que estejam ambos em dificuldades extremas. Portanto, isso é um conceito de justiça muito, mas mesmo muito questionável.

De qualquer forma, era apenas esta nota que eu queria aqui deixar, porque toda a gente tem direito a casa, não há habitação, todos nós sabemos isso, o estado da habitação em Almada é caótico, e os senhores ainda assim o



que fazem é despejar pessoas que sabem que não têm condições porque há pessoas à espera sem condições também para entrar. Isto de facto, é um conceito de justiça que não se percebe muito bem.”

6.3 – Para apresentar uma Declaração Política usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS).

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ao longo deste último ano, o Partido Socialista foi garantia de estabilidade no nosso País:

- Votou contra a rejeição do programa do Governo;
- Resolveu o impasse criado à Direita na eleição do Presidente da Assembleia da República;
- Viabilizou o Orçamento do Estado para 2025 - mesmo não sendo o seu Orçamento (coisa que o PSD não fez), nos últimos oito anos, quando estava na oposição e inviabilizou duas Moções de Censura.

Em cada uma destas decisões, o Partido Socialista colocou os interesses do país e dos portugueses acima de qualquer cálculo partidário, agindo com sentido de Estado e com a responsabilidade que o país merecia.

Ao longo das últimas semanas veio a público o caso que todos conhecemos:

Primeiro, é noticiado que a família do Primeiro-ministro tinha uma empresa que poderia ser beneficiada com a Lei dos Solos.

Empresa que, de acordo com o Primeiro-ministro, tinha como objetivo gerir o património familiar – as heranças, as vinhas, os terrenos e os imóveis de baixo valor.

Depois, ficamos a saber que esta empresa que é Luís Montenegro, continuou a receber dinheiro já depois de ter tomado posse como Primeiro-ministro dos clientes por si angariados.

O país percebeu, portanto, que a explicação que foi dada inicialmente não era verdadeira.

Esta foi uma empresa criada no âmbito da atividade profissional de Luis Montenegro, antes de ser líder do PSD, com as pessoas do seu núcleo familiar.

O problema verdadeiro, foi aquilo que soubemos a seguir.

A tentativa de nos fazer crer que esta empresa, dita familiar, de consultoria, passou a ser gerida pela esposa do Primeiro-ministro, Educadora de Infância, e pelos seus dois filhos, um estudante e um recém-licenciado.

A comparação com empresas estabelecidas, que funcionam, que produzem, que empregam, que geram riqueza, e que podem ser detidas (mas não geridas) por titulares de cargos públicos – como é o caso do Grupo Impresa ou do Colégio Moderno, é por si só um atentado à inteligência de todos os portugueses.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Mas, entretanto, ficámos a saber mais.

Não porque o Primeiro-ministro tenha esclarecido, porque não esclareceu.

Ficámos a saber que esta empresa, que na verdade é Luis Montenegro, e Luís Montenegro é esta empresa, continuou a receber dinheiro, como já referi, depois de ser eleito Primeiro-ministro.

Portugal teve, ao longo do último ano, um Primeiro-ministro avençado e avençado também de uma empresa de casinos - um problema legal grave, já que o Primeiro-ministro tem que estar em exclusividade de funções, mas que é também um problema ético evidente.

Tudo o que já se sabe é grave, mas a juntar ao que ainda não se sabe, está a falta de vontade de Luis Montenegro em dar explicações sobre tudo isto.

Perante o escrutínio a que estava a ser sujeito, o Primeiro-ministro falou ao país para ameaçar: caso não parassem o escrutínio, apresentaria uma moção de confiança.

Ao longo deste tempo o Partido Socialista inviabilizou duas moções de censura e procurou, sem causar uma crise política, que toda a verdade viesse ao de cima.

Perante a recusa do Primeiro-ministro em prestar declarações e responder às perguntas que ainda se impunham, o PS anunciou que proporia a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que apurasse o que ainda falta saber.

Um instrumento normal em democracia: no passado já foram constituídas comissões de inquérito para avaliar a atuação de primeiros-ministros ou de ministros. O próprio líder do Partido Socialista já respondeu a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, faz parte do trabalho Parlamentar.

Luís Montenegro rejeitou.

Só ele e os seus mais próximos saberão as razões.

Mas o que fica evidente, é que Luis Montenegro entende que a sua única saída, a sua única saída pessoal, é empurrar o país para eleições já, criando uma cortina de fumo que impeça que se saiba aquilo que ainda não se sabe.

A crise política que vivemos hoje é, por isso mesmo, da exclusiva responsabilidade de uma pessoa: Luís Montenegro, que não tem objetivamente condições para ser Primeiro-ministro de Portugal.

Para ter as tão desejadas eleições, em vez de se sujeitar a elas de peito erguido, optou por uma demissão cobarde: a apresentação de uma Moção de Confiança, que sabia não ter condições para ser aprovada.

O PS tentou ao máximo evitar a instabilidade, mas é evidente que este Governo, estes protagonistas e estas políticas, não merecem a confiança do Partido Socialista, nem dos portugueses.



Toda esta encenação teve ainda um último capítulo, quando, na discussão da moção de confiança por si apresentada, repito, apresentada por si, pelo Governo, e que poderia ser retirada a qualquer momento, o Governo e o PSD fazem um simulacro de negociação, com o prazo em que a Comissão de Inquérito deveria fazer o seu trabalho.

Como se pudesse ser o Governo a definir os moldes em que a Assembleia da República exerce as suas competências de escrutínio ao Governo em funções.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Em 2022 os portugueses deram ao Partido Socialista a confiança de uma maioria para governar o país, com estabilidade.

Desde aí, inconformados, a Direita Parlamentar e o seu Presidente tudo fizeram, para dificultar o caminho do Partido Socialista, não querendo perceber que estavam também a prejudicar os portugueses.

Tudo fizeram para que esse Governo tivesse percalços e um fim antecipado, numa história que o tempo nos contará na totalidade.

Tiveram agora a sua oportunidade.

Ao cabo de um ano: a Saúde está pior, a Habitação está pior, o Governo caiu em descrédito graças à conduta do seu Primeiro-ministro e todas as suas realizações se esgotaram, quando acabou o excedente orçamental deixado pelo Partido Socialista.

Os bons indicadores económicos são mais uma boa herança deixada pelo Partido Socialista, que este Governo de Direita não soube aproveitar.

Ao cabo de um ano, por incompetência e incúria, a Direita deixou degradar a confiança nas instituições, numa altura em que a Europa e o Mundo nos levantam desafios como não se viam há décadas.

Esta situação é indesejável, mas, em democracia, as eleições são sempre a solução e não o problema.

Face a elas, há uma escolha a fazer, entre quem os portugueses querem a governar o seu país.

O PS não fez sempre tudo bem. Mas os portugueses sabem em quem podem confiar.

- Puderam confiar quando foi preciso consolidar a democracia;
- Puderam confiar quando quisemos fazer parte da Comunidade Económica Europeia;
- Puderam confiar quando quisemos aderir ao Euro;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- Quando tivemos que recuperar o país da austeridade além da troika imposta pela Direita, e puderam confiar no Partido Socialista quando foi preciso enfrentar a maior crise de saúde pública do último Século e quando foi preciso enfrentar a crise inflacionista que daí resultou.

Portugal precisa agora de voltar a ter um Governo focado no futuro, que não esteja a prazo, que seja transformador da vida e da economia dos portugueses e que seja capaz de melhorar as condições de vida de todos.

O Partido Socialista está por isso, pronto para merecer de novo, a confiança das portuguesas e dos portugueses.”

6.3.2 No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Luís Pedro Durão (PSD) e Ivan Gonçalves (PS).

6.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para uma interpelação à Mesa.

O Grupo Municipal do PSD queria perguntar porque são 23H30, o que é que esta intervenção teve a ver com a nossa cidade? A verdade é que estamos aqui há duas horas e ainda não discutimos qualquer um dos pontos, não há qualquer conversa produtiva sobre a nossa cidade, e, portanto, há pouco o Senhor Presidente falou que por uma questão de economia de tempo que tínhamos que avançar pelos tempos e tivemos aqui uma ação de propaganda eleitoral, um ponto de vista enviesado completamente. Eu não descrever aquilo que fez que é digno do Correio da Manhã, mas acho que podemos avançar para os pontos de Almada.”

6.3.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados Municipais;

A visão de que umas eleições que foram marcadas para daqui a dois meses não impacta em nada o Concelho de Almada, deixe-me dizer-lhe Senhor Deputado Municipal é muito redutora.

Portanto, seguindo a boa tradição que sempre seguimos na Assembleia Municipal de Almada, os assuntos nacionais são também assuntos que dizem respeito à Assembleia Municipal de Almada e que impactam e muito aquilo que é o futuro do nosso Concelho.

Agora, aquilo que lhe quero dizer Senhor Deputado Municipal, é que a crise que nós temos em mãos é provocada apenas por uma pessoa. Não é uma crise provocada pelo PSD, não é uma crise que tenha a ver com o comportamento do Governo, é uma crise provocada pelo líder do PSD, por Luís Montenegro, é uma crise que foi provocada pelo candidato a Primeiro-ministro.



Portanto, aquilo que eu espero do PSD de Almada e que os Senhores Deputados do PSD de Almada, é que digam que não se reveem naquilo que o Senhor Primeiro-ministro fez, que não se reveem em Luís Montenegro e o PSD ainda vai a tempo de apresentar um candidato credível e que tenha condições para ser Primeiro-ministro de Portugal e aí talvez possa ter a confiança dos portugueses.”

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “” Loja do Cidadão – Caramujo/Romeira – Cova da Piedade-Almada” Aprovação de: Relatório Final, Decisão de Adjudicação, Minuta Contrato, ajuste programação financeira da despesa, repartição de encargos e Ratificação dos despachos do Sr. Vereador”;

7.1.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

7.1.1.1. – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vamos iniciar aqui de facto, mais um período de Assembleias Municipais, derivado ao chumbo do orçamento apresentado para 2025. O que significa que, sempre que uma proposta tenha plurianuais dado que não foi aprovado o documento geral, terá que vir a ser apreciado aqui nesta Assembleia Municipal. O que eu acho aliás bem, porque assim, todos poderão perceber o que é que estava no orçamento, o que é que estava previsto ser feito e que vem agora neste âmbito após ter sido aprovado em reunião de Câmara, mas por ter encargos plurianuais, precisa da confirmação da Assembleia Municipal.

Neste caso, falamos do projeto da Loja do Cidadão, que já tinha sido lançado uma vez e que tinha ficado vazio e que foi reformulado e o preço base com o qual foi lançado, foi de 6.730.000.00€ (seis milhões setecentos e trinta mil euros) mais IVA, e o prazo global da execução são quinhentos e quarenta dias e respetivos prazos parcelares identificados no número 3 da cláusula jurídica especial do caderno de encargos.

O procedimento decorreu de forma regular, houve apenas uma proposta que é a Optibuilding pelo prazo contratual de 6.729.998.66€ (seis milhões setecentos e vinte e nove mil novecentos e noventa e oito euros e sessenta e seis cêntimos) mais IVA.

Em simultâneo com a aprovação do relatório final e da decisão de adjudicação, torna-se por isso necessário aprovar em simultâneo, já foi também aprovada a minuta do contrato e o ajuste à programação financeira e encargos plurianuais inicialmente prevista, nos termos da documentação financeira em anexo.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Importa dizer que se propõe também a ratificação nos termos do artigo 164.º do CPA do despacho do Senhor Vereador com o Pelouro de 26 de dezembro de 2024, de aprovação da prorrogação do prazo para apresentação de propostas.

Assim como, ratificar também, nos termos do artigo 164.º do CPA, outro despacho do Senhor Vereador do Pelouro, da aprovação das respostas aos pedidos de esclarecimentos e da rejeição de erros e omissões.

Tudo isto já foi aprovado em reunião de Câmara. Importa que esta Assembleia Municipal se pronuncie sobre os encargos plurianuais porque obviamente, esta obra que é uma obra fundamental para o nosso Município, a nossa Loja do Cidadão, que ainda vai a Tribunal de Contas, todo o procedimento está pronto para ir a Tribunal de Contas, apenas falta a aprovação por parte da Assembleia Municipal dos encargos plurianuais para se poder continuar o processo.”

7.1.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Gerales (CDU) e Ana Margarida Lourenço (PS).

7.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de ler a intervenção que tenho preparada, uma nota que tem a ver com a intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal.

Os despachos dos eleitos da Câmara Municipal não têm que ser ratificados pela Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal não se vai pronunciar sobre a ratificação dos despachos.

A CDU defende desde há longo tempo, a instalação de uma Loja do Cidadão em Almada, que como todos sabemos é um espaço que concentra essencialmente, serviços dependentes da Administração Central.

Nos tempos em que presidiu à Câmara Municipal de Almada, a CDU desenvolveu junto de diferentes Governos da República, intensas diligências no sentido de instalação deste equipamento, mas sempre sem qualquer resultado prático.

O voto e abstenção que a CDU irá assumir relativamente a esta proposta, não pode por isso ser interpretado como qualquer tipo de desacordo relativamente à instalação da Loja do Cidadão no nosso Concelho, antes prende-se com duas outras ordens de razões.

A primeira, do foro do planeamento urbanístico.

Pretende-se instalar um equipamento de natureza manifestamente permanente, num território para o qual os instrumentos de gestão do território em vigor, preveem apenas usos transitórios.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Não se nega a necessidade de revisão eventual destes instrumentos de gestão do território. Mas a verdade é que eles se encontram em vigor.

Além disso, a localização escolhida para este equipamento, suscita legítimas dúvidas sobre se será a mais adequada, tendo em conta as acessibilidades àquele território.

A CDU propôs mesmo, em tempo útil, que a Loja do Cidadão fosse instalada no coração da Freguesia da Cova da Piedade, no edifício municipal que em tempos foi sede da Cooperativa de Consumo Piedense, um edifício que dispõe de todas as condições para acolher este tipo de equipamento.

A segunda razão de foro económico-financeiro.

A este nível a CDU entende que o Município irá assumir neste procedimento, uma responsabilidade que considera significativamente além das suas atribuições e competências.

Sendo as lojas do cidadão como já referimos, espaços que concentram essencialmente serviços dependentes do Governo da República, seria legítimo pensar-se, que a parte mais substancial do investimento neste equipamento, ficasse a cargo do Estado, através do Governo, como aliás acontece na generalidade dos casos das lojas do cidadão espalhadas pelo país.

Ora, não é isso que acontece no caso de Almada. O Município irá assumir em termos de custos com o desenvolvimento deste projeto, em números redondos, praticamente 83% do custo final do equipamento. Custará perto de 7.100.000.00€ (sete milhões e em mil euros), sem considerar eventuais desvios que normalmente acontecem neste tipo de investimentos, sendo que à conta do Município serão investidos cerca 5.900.000.00€ (cinco milhões e novecentos mil euros) e restantes 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros) estão previstos no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência – PRR.

Isto é, o Orçamento de Estado, não dedica um euro sequer a um equipamento que serve essencialmente o próprio Estado.

A CDU entende por isso, que este não é um bom negócio para o Município. A reivindicação de uma Loja do Cidadão em Almada tem sentido, é uma exigência que vem de longo tempo, e tem a CDU como a sua principal defensora. Mas não pode ser alcançada a qualquer preço, muito menos por um processo que não pode deixar de suscitar legítimas dúvidas quanto à integral defesa dos interesses do Município, é precisamente neste quadro que a CDU não inviabiliza, mas também não sanciona este procedimento.”

7.1.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Deputado Municipal João Galdes disse no início da sua intervenção e muito bem, que grande parte daquilo que tem na proposta que nos chegou da Câmara Municipal, muitos desses pontos já haviam sido



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

aprovados em reunião de Câmara, competindo única e exclusivamente, a esta Assembleia Municipal, a reprogramação dos encargos plurianuais anteriormente assumidos. Esses encargos plurianuais haviam sido assumidos, porque já estavam inscritos nos orçamentos anteriores, uma vez que este ano não temos orçamento aprovado, a sua reprogramação é da competência da Assembleia Municipal.

Aquilo que aqui está a ser feito e que é solicitado exclusivamente e nada mais à Assembleia Municipal, é que re programe os encargos plurianuais, ajustando os encargos que estavam de acordo com aquilo que foi o preço base do procedimento, aquilo que é agora o valor da proposta adjudicada. É tão somente isto que é solicitado à Assembleia Municipal.

E por este motivo, obviamente, não compreendo todo aquela posição que o Deputado Municipal João Geraldês colocou, porque entende o PS que não é isso que aqui estamos a discutir.

A forma e a orientação de voto que a bancada da CDU vai tomar, não se coaduna com aquilo que efetivamente está a ser votado. E compreendemos que a posição da CDU em relação a isto é uma totalmente distinta, entendo que, isso poderia ter sido uma posição da CDU quando a proposta foi a reunião de Câmara, não sei se foi ou se não foi, mas se foi terá sido muito bem.

Mas há aqui uma outra questão também, que é importante referir.

O Senhor Deputado Municipal João Geraldês refere que, nos anteriores executivos da CDU, sempre houve uma vontade e uma defesa da implementação da Loja do Cidadão. E o que é facto, é que ela de uma forma ou de outra e por um ou outro motive, nunca foi concretizada.

E outra das questões que o Senhor Deputado Municipal também refere, é que isto é um encargo muito grande para o Concelho de Almada e que não deveria ser o Concelho de Almada e o Município a pagar.

Isto foi o discurso que nós ouvimos durante anos. Durante anos e anos. Nós almadenses, ouvíamos sempre este discurso: “Não é nossa competência, não somos nós que devemos pagar”. E aquilo que nós, PS, queremos saudar o Município, é que isto é efetivamente um equipamento importante para as nossas populações, e todo o dinheiro gasto com esta instalação, é um investimento no nosso futuro e na nossa população.”

7.1.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, se a Senhora se informasse antes de falar, provavelmente pouparia dizer aquilo que não sabe. Os Vereadores da CDU naturalmente que votaram em abstenção esta proposta na reunião de Câmara.

Esta proposta só vem à Assembleia Municipal, a Senhora Presidente já o disse, porque não existe orçamento aprovado para 2025. Esta proposta nunca viria à Assembleia Municipal. Agora vindo à Assembleia Municipal, a



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

CDU tem uma responsabilidade política perante a proposta, não é perante uma parte da proposta. E o que está aqui em causa, é a adjudicação da construção da Loja do Cidadão, que naturalmente, tem investimentos plurianuais. Portanto, o que a Assembleia Municipal tem que autorizar, é obviamente os investimentos plurianuais, mas a CDU entende que politicamente deve se pronunciar sobre toda a proposta e foi sobre toda a proposta que a CDU se pronunciou. Exatamente no mesmo sentido em que os Senhores Vereadores da CDU se pronunciaram na reunião de Câmara.

Agora Senhora Deputada Municipal, a Senhora continua a não estar bem informada. É que a CDU nunca colocou em causa os investimentos que eram necessários fazer no Concelho. De tal maneira que, se as Escolas Secundárias têm pavilhões, foi porque a Câmara Municipal avançou com o dinheiro para construir os pavilhões, porque senão, as Escolas Secundárias ainda hoje não tinham pavilhões.

E uma coisa é negociar com a Administração Central no sentido de avançar com o dinheiro, construir os pavilhões e depois ser ressarcido, e outra coisa completamente diferente é avançar sem qualquer perspectiva de ser ressarcido. E é essa a questão nós colocamos. É só essa a questão que nós colocamos.

Não somos contra que a Câmara Municipal avance com os 5.900.000.00€ (cinco milhões e novecentos mil euros) para construir a Loja do Cidadão, desde que isso seja contratualizado com o Estado para que a Câmara Municipal seja ressarcida no futuro. Essa é que é a questão.

Portanto, a CDU não é contra a construção de equipamentos que dependem da Administração Central desde que haja acordo na Administração Central, no sentido de ressarcir a Câmara Municipal desses investimentos.”

7.1.2.4. – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu devo dizer que, o facto de estas propostas virem à Assembleia Municipal, também permitem alargar o debate e dar a conhecer as razões subjacentes a estas propostas. Portanto, eu até vejo isso com bons olhos e corrigir algumas coisas que são ditas.

Em primeiro lugar Senhor Deputado Municipal João Geraldês, quando nós chegamos à Câmara Municipal, percorremos todos os edifícios disponíveis e como sabe, os edifícios devem ser aprovados também pela AMA - Agência para a Modernização Administrativa. E a Cooperativa Piedense não foi tida como adequada para o efeito, foi excluída pela própria Agência para a Modernização Administrativa, a tal que financia as lojas do cidadão. Assim como o edifício EDP. Eu já ouvi a CDU dizer que era o edifício EDP, que era a Cooperativa Piedense, que eram várias coisas. Portanto, nós percorremos todos os espaços.

Tem razão relativamente aos usos transitórios, mas aí também devia informa-se melhor antes de falar se me permite usar o mesmo tom paternalista com usou com a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, e



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

como usa às vezes também comigo, que é uma coisa bastante desagradável, deixe-me que lhe diga, porque já não tenho idade para isso.

Mas devia informar-se um bocadinho. Porque o plano de que fala, de facto, não permite nova construção, mas permite reabilitação. E a reabilitação não é transitória. Não permite a construção, mas folgo em ouvi-lo dizer que também aceitam que o plano provavelmente deve ser revisto. Não é provavelmente, é tem mesmo que ser revisto. Porque aquele plano não é exequível, mas na exatidão do plano é. Os usos transitórios são para nova construção. Não é para reabilitação e por isso é que nós estamos a fazer uma reabilitação.

Por outro lado, é verdade que o projeto inicial, o custo era mais baixo, é verdade. A Câmara Municipal desde sempre assumiu que iria investir numa Loja do Cidadão, não apenas porque é um serviço fundamental para os almadenses, não é por acaso que foi com tanta preocupação que Almada é dos poucos Municípios que não tem uma única Loja do Cidadão, nem tinha um único Espaço do Cidadão, fomos nós que os abrimos todos. Portanto, a Câmara Municipal assumiu que era importante para os almadenses, mas também assumiu que é uma forma de reabilitar aquela zona da Cova da Piedade e da Romeira, e que não pode ser apenas o Mercado da Romeira.

Portanto, neste momento, temos o Mercado da Romeira, temos a Loja do Cidadão, temos um projeto de Residência de Estudantes, temos a reabilitação toda do Hospital Particular de Almada que vai iniciar agora. É verdade que os preços aumentaram muito, e colocava-se a questão: parávamos o projeto ou cumpríamos a palavra? A resposta trouxemo-la aqui hoje. Palavra dada, palavra honrada e o Município sim, vai investir na Loja do Cidadão para os Almadenses.”

7.1.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 27 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 11 abstenções, dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho na sua atual redação na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro na sua atual redação e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 na sua redação atual, aprova os encargos plurianuais para a execução da empreitada denominada por: “Loja do Cidadão – Caramujo/Romeira-Cova da Piedade-Almada”, no valor global de 7.133.798,58 € (sete milhões, cento e trinta e três mil, setecentos e noventa e oito euros e



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

cinquenta e oito cêntimos), nos precisos termos da deliberação camarária de 3 de março de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-73-DEMP.

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adjudicação e aprovação da minuta de contrato do Concurso Público n.º CPN01497S2024 para “Prestação de Serviços de Recolha Contentorizada de Resíduos Urbanos no Município de Almada, por lotes, pelo prazo de 24 meses, com a possibilidade de renovação por mais 11 meses”;

7.2.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira (PS);

7.2.1.1 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Por deliberação de Câmara Municipal de Almada, de 16 de outubro de 2024, foi aprovada a abertura do procedimento de Concurso Público para a Prestação de Serviços de Recolha Contentorização de Resíduos Urbanos, no Município de Almada, por lotes, pelo prazo de vinte e quatro meses, com a possibilidade de renovação por mais onze meses, sendo o preço base do procedimento, 3.198.708.33€ (três milhões cento e noventa e oito mil setecentos e oito euros e trinta e três cêntimos).

O procedimento foi devidamente publicitado no Diário da República.

Propõe-se com esta proposta, que a Câmara Municipal avoque as competências para proceder à alteração orçamental proposta e sob condição de aprovação dos pontos 1 e 2, pela Assembleia Municipal, delibere aprovar:

A alteração orçamental que se anexa à proposta, a submissão da presente proposta a esta Assembleia Municipal, para aprovação dos encargos plurianuais, no valor global de 1.941.660.05€ (um milhão novecentos e quarenta e um mil seiscentos e sessenta euros e cinco cêntimos) o qual apresenta a repartição que está na proposta e que aqui não vamos naturalmente descrever por economia de tempo, uma vez que ela está presente aos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas Municipais.

Sob condição de aprovação do ponto que antecede e que aqui foi descrito, propõe-se que a Assembleia Municipal delibera então aprovar:

Relativamente a todos votos, a admissão e exclusão das propostas apresentadas pelos concorrentes, com os fundamentos enunciados nos relatórios da análise das propostas, bem como a ordenação das mesmas, de acordo com o quadro que se encontra também para vossa apreciação.

A adjudicação e não adjudicação por lotes, nos termos descritos nos pontos 1, 2, 3 e 4, da proposta.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Basicamente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, o que está em consideração é não só a aprovação da alteração orçamental que se anexa, sendo certo, volto a referir, por deliberação de Câmara Municipal de 16 de outubro de 2024, foi aprovada a abertura do presente procedimento.

A mim compete-me a apresentação desta proposta nos estritos termos formais, sendo certo para quaisquer esclarecimentos que as Senhoras e Senhores Deputados pretendam, está disponível também a Senhora Vice-Presidente, cuja Unidade Orgânica proponente, aqui traz também esta proposta.”

7.2.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Luís Filipe Palma (CDU), José António Rocha (BE), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira e a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

7.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta configura a opção política da gestão do PS na Câmara Municipal de Almada, no sentido de entregar ao setor privado uma grande parte dos serviços públicos municipais, no caso em apreço, da recolha contentorizada de resíduos urbanos.

Esta decisão conta com o apoio da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, a mesma pessoa que não se cansa de criticar a privatização da EGF, e consequentemente a privatização da AMARSUL.

Aplica-se aqui bem aquela expressão: “Bem prega Frei Tomás, olha para o que ele diz, mas não faças o que ele faz”.

Na opinião da CDU, a gestão do PS devia ter antecipado todo o trabalho conducente à contratação de meios humanos e equipamentos necessários à prestação deste serviço. O Concelho ficaria melhor servido, pois depende apenas do Município, a organização deste serviço de acordo com as necessidades de cada momento, e também porque os trabalhadores a contratar teriam um posto de trabalho permanente, com vínculo ao setor público, com possibilidade de subir na carreira ao contrário dos trabalhadores destas empresas, que em regra são precários e mal pagos.

Por estas razões a CDU vota contra esta proposta.”

7.2.2.2 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas uma nota muito breve para justificar o nosso sentido de voto sobre a proposta em discussão. Creio que a nossa posição tem sido muito clara ao longo do tempo relativamente à concessão dos serviços públicos a



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

privados. É uma questão meramente economicista, é um contributo para a precaridade laboral, é uma opção política que não acompanhamos.

Iremos votar contra esta proposta.”

7.2.2.3 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu já justifiquei por que razão é que isto não é uma privatização dos serviços. Não vale a pena repetir, os Senhores querem continuar a dizer o mesmo.

Mas há uma coisa que eu gostava de dizer, é que quando eu cheguei aqui ao Município e me calhou este pelouro, a CDU devia ir a caminho da privatização. Eu vou dizer as que encontrei: uma prestação de serviços para a varredura e limpeza urbana, uma prestação de serviços para o serviço de controlo de pragas, uma prestação de serviços para o corte de ervas e desmatização, uma prestação de serviços para a recolha de monos.

Desculpem, mas iam todos a caminho da privatização.”

7.2.2.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma muito breve, não era apenas na higiene urbana que havia prestações de serviço, inclusivamente havia muitos trabalhadores em prestação de serviço individuais na Câmara Municipal de Almada, não sei se a CDU também estava a tentar privatizar toda a Câmara Municipal de Almada. Nesta casa onde nós estamos, os trabalhadores que trabalhavam no Auditório estavam em prestação de serviço há mais de vinte anos, sabe quem é que os pôs no quadro? Fomos nós. Quem deixou vinte anos em prestação de serviço? Foram os Senhores. Mas deviam estar a querer privatizar o Fórum Romeu Correia.”

7.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 14 votos contra, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 3 abstenções, sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho na sua atual redação na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro na sua atual



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

redação e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 na sua atual redação aprova os encargos plurianuais para a prestação de Serviços de Recolha Contentorizada de Resíduos Urbanos do Município de Almada por lotes, pelo prazo de 24 meses, com a possibilidade de renovação por mais 11 meses, no valor global de 1.941.660,05 (um milhão, novecentos e quarenta e um mil, seiscentos e sessenta euros e cinco cêntimos), nos precisos termos da deliberação camarária de 3 de março de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-56-DCOMP.

7.3 – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de Renovação do Contrato de Gestão do Teatro Municipal Joaquim Benite”;

7.3.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

7.3.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta vem na sequência naturalmente, da sua aprovação em Câmara Municipal, que é a renovação do Contrato de Gestão do Teatro Municipal Joaquim Benite, à Companhia de Teatro de Almada.

O Teatro Municipal Joaquim Benite foi inaugurado em 2005, a sua gestão foi atribuída por um período de vinte anos.

Todos nós sabemos a qualidade, o trabalho, que esta Companhia tem feito e o muito que contribuiu para uma cultura viva em Almada. Não apenas com a sua própria programação enquanto criação, relativamente à programação que a Câmara Municipal também apoia de outros espetáculos e que fazem parte da programação municipal, e naturalmente, o incontornável Festival Internacional de Teatro.

Ao abrigo da cláusula n.º 14.º, do referido contrato de gestão e relativamente aos encargos de gestão, está prevista a possibilidade da renovação deste contrato por igual período. Esse valor foi em 2025 fixado em 350.000.00€ (trezentos e cinquenta mil euros). Em 2012 foi atualizado para 400.000.00€ (quatrocentos mil euros), em 2017 o Município deliberou favoravelmente o ajustamento da verba a afetar, fixando-a num montante anual de 223.000.00€ (duzentos e vinte e três mil euros).

Relativamente à programação, fixando a atribuição a favor da Companhia de Teatro de Almada num montante anual de 211.000.00€ (duzentos e onze mil euros).

Entretanto, o nosso Teatro Municipal graças também a uma candidatura da Companhia de Teatro de Almada, passou a fazer parte da Rede Nacional de Teatros, o que permitiu para além das candidaturas à DGARTES habituais, haver também um reforço de verba para a programação no âmbito da Redes dos Teatros.

Nesse sentido, a proposta que aqui trazemos e que também deverá ser apresentada em Tribunal de Contas dado os montantes que configuram, trazemos a esta Assembleia Municipal, a despesa plurianual cujo montante e



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

limite e estamos a falar de vinte anos, não se encontram naturalmente previstos nas Grandes Opções do Plano como não poderia deixar de ser e o valor total será de 12.680.000.00€ (doze milhões e seiscentos e oitenta mil euros).

As importâncias fixadas para cada ano económico podem ser acrescidas do saldo que se apurar na execução orçamental do ano que lhe antecedeu.

Sob condição da aprovação dos pontos anteriores, propõe-se naturalmente, a concordância com a renovação deste contrato que eu penso que é também um reconhecimento daquele que tem sido o trabalho, o valor, a importância e o contributo que esta Companhia tem dado ao nosso Município.”

7.3.2 – No debate usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU).

7.3.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A cultura é um elemento essencial à liberdade, um motor para a transformação social e um caminho para a emancipação individual e coletiva.

No Concelho de Almada, a CDU desenvolveu notável trabalho na área da cultura, pois entende que um dos aspetos políticos mais relevantes no Poder Local Democrático, saído da Revolução de Abril, é o seu papel na democratização cultural.

Entendemos que defender a cultura como liberdade, implica assumi-la como um direito. Direito de acesso, de fruição, mas também o direito de participação e de criação. Implica por isso, uma democracia cultural que promova a consciência progressista que estimule criatividade e que assegure a diversidade. Dai a necessidade do apoio financeiro à cultura e no caso em apreço, ao Teatro.

Por estas razões saudamos a renovação do Contrato de Gestão do Teatro Municipal Joaquim Benite, a celebrar com a Companhia de Teatro de Almada, sublinhando, no entanto, que a renovação deste contrato de Gestão devia ser acompanhada do reforço do apoio financeiro municipal, cujo montante não é revisto desde fevereiro de 2017, ainda no mandato da gestão da CDU.”

7.3.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, na sua atual redação, na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua atual redação e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 na sua redação atual bem como da Cláusula 5.º do Contrato



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de Gestão do edifício “Teatro Municipal de Almada”, aprova os encargos plurianuais, no valor global de 12.680.000 € (doze milhões, seiscentos e oitenta mil euros), nos precisos termos da deliberação camarária de 17 de fevereiro de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-16-DPAC.

7.4 – Entrou-se no ponto 3.4 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adjudicação e aprovação da minuta de contrato do Concurso Público n.º CPN02120S2024 para “Aquisição de serviços técnicos especializados de manutenção e conservação para o Complexo de Piscinas Municipais, pelo prazo de 24 meses””;

7.4.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira (PS);

7.4.1.1 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Por deliberação da Câmara Municipal de 16 de dezembro de 2024, foi aprovada a abertura de procedimento por concurso público, para aquisição de serviços técnicos especializados de manutenção e conservação, para os Complexos de Piscinas Municipais, pelo prazo de vinte e quatro meses, pelo preço base de 596.000.00€ (quinhentos e noventa e seis mil euros), a que acresce IVA à taxa em vigor.

O procedimento foi publicitado em Diário da República, a abertura eletrónica do procedimento ocorreu no dia 17 de janeiro de 2025, sendo que na mesma data foi assegurada a publicitação da lista de concorrentes e das propostas apresentadas.

Conforme lista de concorrentes do concurso supracitado, foi apresentada proposta pelos seguintes concorrentes: Concorrente n.º 1 – DPM – Tratamento de Águas e Ar Ambiente, Lda., e concorrente N.º 2 Termibérica – Gestão de Energia, Lda.

Considerando que é competência da Câmara Municipal de Almada a adjudicação da presente aquisição de serviços, considerando que se encontra delegada na Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, a competência para aprovação da Minuta de Contrato, importa, no caso concreto, e para tais efeitos, que a Câmara Municipal avoque a mencionada competência.

Propõe-se que a Câmara Municipal e que a Assembleia Municipal, avocando naturalmente, as competências para a aprovação da Minuta de Contrato, expressamente para efeitos da presente proposta, delibere aprovar:

- a exclusão da proposta do concorrente n.º 1 DPM – Tratamento de Águas e Ar Ambiente, Lda.;
- a admissão da proposta do concorrente n.º 2 – Termibérica – Gestão de Energia, Lda.,
- a ordenação das propostas,
- a adjudicação do objeto do procedimento,
- a aprovação da Minuta de Contrato, e submeter naturalmente, à Assembleia Municipal para aprovação dos encargos plurianuais no valor global de 680.142,28€ (seiscentos e



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

oitenta mil cento e quarenta e dois euros e vinte e oito cêntimos), valor que inclui o IVA à taxa legal, repartida por três anos económicos. O que está vertido na proposta.

Em boa verdade Senhores e Senhoras Deputadas, o que se pede a esta Assembleia Municipal é que possam aprovar os encargos plurianuais repartidos por três anos económicos.”

7.4.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho na sua atual redação, na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro na sua atual redação, aprova os encargos plurianuais para aquisição de serviços técnico especializados de manutenção e conservação pra o Complexo de Piscinas Municipais, no valor global de 680.142,28 € (seiscentos e oitenta mil, cento e quarenta e dois euros, vinte e oito cêntimos), valor com IVA incluído à taxa legal de 23%, repartida por 3 anos económicos, nos precisos termos da deliberação camarária de 17 de fevereiro de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-45-DCOMP.

7.5 – Entrou-se no ponto 3.5 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo para implementação e adesão ao Portugal a Nadar da Federação Portuguesa de Natação”;

7.5.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco (PS);

7.5.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A apreciação desta proposta diz respeito a um Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo com a Federação Portuguesa de Natação, precisamente para implementarmos ou continuarmos a implementar o Programa Portugal a Nadar nos Complexos de Piscinas do Concelho.

Este Programa diz respeito à Organização Pedagógica da Escola de Natação Municipal, à formação também dos técnicos de natação, à Coordenação Administrativa da Escola e à certificação da Escola de Natação na própria Federação Portuguesa de Natação.

Nós atualmente já temos este programa a decorrer em todas as nossas Piscinas Municipais, estamos a falar como eu disse, de toda a organização pedagógica, certificação, formação técnica dos técnicos que ministram as aulas, já temos este programa a decorrer e no fundo estamos a trazer aqui a renovação desse programa por um período que vai neste caso, o atual Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo termina em julho deste ano, e estamos a propor a celebração de um novo ou a renovação deste contrato, pelo período que vai de



setembro deste ano até final da época de 2027, precisamente uma dimensão plurianual e de estabilidade de todas as equipas e daquilo que são as escolas de natação, que obviamente têm de funcionar, nós estamos a falar de mais de mil aulas por semana que são dadas em todos os nossos equipamentos municipais de piscinas e onde temos tentado também inovar, trazer novos tipos de aulas, trazer também uma dimensão pedagógica dessas aulas mais aprofundada e, portanto, é nessa dimensão que também procuramos trabalhar aqui com a Federação Portuguesa de Natação, que é digamos, o parceiro privilegiado para continuarmos o trabalho na nossa Escola de Natação.

Estou obviamente disponível para qualquer esclarecimento.”

7.5.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Sónia Silva (CDU), João Geraldês (CDU) e João Couvaneiro (PS) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

7.5.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Pires Silva (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU irá votar contra esta Proposta de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo para a implementação e adesão a Programa Portugal a Nadar da Federação Portuguesa de Natação, por entender que como o fez na Câmara Municipal já em 2024 e também em 2025, as razões que se prendem têm a ver com o modelo de gestão da prestação dos imprescindíveis serviços dos profissionais que asseguram o funcionamento das atividades letivas e outras nas Piscinas Municipais.

Este modelo não corresponde na sua totalidade aquilo que a CDU defendeu e defende que deve ser prosseguido pelo Município, designadamente por fugir à verdadeira resposta a esta necessidade a passar pela internacionalização dos recursos humanos dos equipamentos municipais de natação.

Esta proposta de protocolo mantém inalteradas todas as condições com as quais a CDU discordou em 2024, mas acrescenta uma nova condição inaceitável para a CDU, a previsão de que este contrato programa se estenda para o ano desportivo 2026 – 2027, já em pleno novo mandato autárquico, não parece de facto, legítimo que a força maioritária que hoje dirige o Município, amarre a uma decisão desta natureza uma outra nova maioria esperançosa e desejadamente distinta, que possa vir a resultar das eleições autárquicas de 2025.

Por estas razões a CDU votará contra esta proposta.”

7.5.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sei que a hora já vai longa, mas de facto, a memória da bancada da CDU é muito curta.



Eu acho extraordinário que a CDU considere que estes serviços são imprescindíveis, eu pergunto se ainda se lembram do nome da empresa que contratava estas pessoas quando nós chegamos em 2017. E até lhe vou dizer mais, quando nós chegamos no final de 2017, o contrato até já tinha terminado, e mais, o concurso que estavam a preparar para a nova empresa contratar estas pessoas, por prestação de serviço, não estava ainda terminado. E a perspetiva e vou só relembrar algumas memórias, é que estas pessoas ficassem o mês de novembro e dezembro sem salário. E foi nessa altura que nós tivemos de fazer de forma expressa e está aqui o Senhor Deputado Municipal João Couvaneiro, está a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, mas estou a ver ali também o Senhor Vereador de substituição Miguel Salvado, todos nós sabemos as noites passadas em branco, para conseguir contratar individualmente, uma centena de pessoas.

E vou lhe dizer mais, sabe que esta centena de trabalhadores estava convencida que trabalhavam para a Câmara Municipal. E nem sequer sabiam que havia uma empresa intermediária no meio. É esta a forma tortuosa e pouco transparente para com os trabalhadores que a CDU exerceu na Câmara Municipal de Almada.

Portanto, lhe digo, se há pessoas que não terão saudades da vossa gestão, são mesmo os trabalhadores da Câmara Municipal de Almada.”

7.5.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente está enganada, nós temos memória. E sabemos bem que o que aconteceu em 2017 foi que infelizmente os Senhores tomaram posse nesta Câmara Municipal, foi isso que aconteceu em 2017.

Nós temos memória e sabemos qual era situação que tínhamos relativamente aos trabalhadores das Piscinas Municipais. E tínhamos a consciência, como temos hoje e por isso aqui o afirmamos, que não é o caminho certo, e temos a consciência que não era o caminho certo, e por isso estávamos a tratar de resolver esse problema. Os Senhores chegaram e interromperam esse processo. Estávamos a desenvolver o processo no sentido de internalizar esses serviços na Câmara Municipal, o PS tomou conta do Município, interrompeu esse processo e hoje temos a mesma situação que tínhamos em 2017.

Agora, o que é espantoso é que ao fim de oito anos, a Senhora Presidente da Câmara Municipal ainda não tenha condições, não tenha reunido as condições necessárias para justificar as suas soluções e as suas decisões e tenha a necessidade absoluta de recorrer à deturpação e à mentira relativamente aquilo que foram os mandatos da CDU. Mentira.”

7.5.2.4 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS) para defesa da honra, artigo 47.º do Regimento da Assembleia Municipal e o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU) para responder.



7.5.2.4.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, eu tenho dito várias vezes que, uma coisa é discordarmos das posições políticas e aí eu assumo que tenho total confiança na Confederação Portuguesa de Natação. A outra coisa, é o Senhor Deputado Municipal João Geraldês, vir acusar-me de mentira.

Portanto, eu devolvo-lhe essa acusação e espero que o Senhor Deputado Municipal João Geraldês, nos mostre onde é que estava o tal procedimento que nós interrompemos, porque o procedimento que nós interrompemos, foi um novo concurso público para uma empresa, aliás, bastante duvidosa nos seus estatutos e na sua própria legalidade.

Mas mostre-nos os documentos, seja franco, transparente por uma vez, não acuse os outros, não atire lama para os outros e seja coerente em relação às suas palavras.

Havia um procedimento em curso, onde é que ele estava? Qual era o procedimento que estava em curso? Eu não tenho problemas nenhuns em lhe trazer aquele que estava em curso. Era um concurso público, e a Senhora Deputada que aliás, também tinha uma prestação de serviço, sabe bem do que é que eu estou a falar. Portanto, todos nós sabemos do que é que estamos aqui a falar.”

7.5.2.5 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS) para lembrar os deveres do público, artigo 33.º do Regimento da Assembleia Municipal.

7.5.3.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhores Deputados Municipais, a Mesa tem sido por norma e é hoje como é todos os dias até algo, acho que os apartes fazem parte do debate. Agora, o que não podemos é estarmos persistentemente a queixarmo-nos dos outros, dos apartes e quando chega o nosso momento nós não fazemos silêncio. A gritaria, os apartes. Ou permitimos que haja apartes ou não permitimos que haja.

Eu acho que deve haver apartes entre os Senhores Deputados e que deve haver respeito entre todos faz parte do debate. Mas há outro ponto que eu tenho que chamar à atenção. Uma coisa é entre os Senhores Deputados Municipais, outra coisa são o público que não são deputados e têm deveres especiais. Especialmente quando nos membros do público estão eleitos em substituição como é o caso do Senhor Vereador em substituição Miguel Salvado. Portanto, os Senhores membros do público têm que estar em silêncio, senão têm que sair.

Senhor Vereador em substituição Miguel Salvado, se quiser estar tem que estar em silêncio. Se estiver a querer bater bolas com os Senhores Deputados que estão aqui, não o pode fazer.



O Senhor Vereador em substituição tem o dever de se comportar por saber melhor do que outros senhores que estão no público, quais são os deveres que tem. Os apartes são permitidos entre os Senhores Deputados, não são permitidos ao Senhor Vereador em substituição.

A Mesa tem sido minimamente permissiva com os apartes que são feitos tentando conter a ordem. Há, apesar de tudo, deveres do público que são diferentes. O público não se pode manifestar, é o que está na lei. Não foi a Mesa que fez a lei. O Senhor Vereador em substituição, sabe melhor do que todos os outros membros do público porque por vezes também é autarca em exercício.

Portanto, é só neste sentido que eu lhe peço que tenha um comportamento condizente com aquilo que a lei estipula.

O Senhor Vereador em substituição está calado, mas ainda não conseguiu sequer deixar-me acabar de dizer aquilo que estava a dizer, portanto para quem está calado faz muito barulho.

Quanto aos Senhores Deputados obviamente, os apartes são permitidos, mas eu peço que se mantenha um mínimo de cordialidade para que possamos prosseguir o nosso debate.”

7.5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No direito Regimental que me assiste em responder ao pedido de defesa da honra da Senhora Presidente, apenas para reiterar aquilo que aqui afirmei. Em 2017 tínhamos a consciência plena de que o caminho a seguir não era aquele caminho, o concurso público que a Senhora Presidente refere tinha caído, o concurso público já não existia e nós estávamos em vias de encontrar uma solução que internalizasse a resposta às necessidades das Piscinas Municipais. O PS tomou o poder e interrompeu este processo.”

7.5.3.3 – O Senhor Deputado Municipal João Couvaneiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu tenho alguma memória deste processo até porque o acompanhei diretamente, e me causou algumas noites sem dormir porque sempre que temos trabalhadores em condição de não poderem receber salários, naturalmente, o Partido Socialista fica inquieto com esta situação.

A estrutura destes trabalhadores e dos trabalhadores que estão nas Piscinas Municipais, é muito diversa. Sabemos que há pessoas que têm horários quase completos e há pessoas que têm horários muito fragmentados de muito poucas horas. Portanto, naturalmente, é um processo difícil de resolver.

Agora, o que não é normal era a situação que ocorria de sistematicamente, estes trabalhadores andarem a saltitar de empresa para empresa, constituída pelas mesmas pessoas, pessoas que até tinham ligações à



estrutura da Autarquia, e à estrutura que era responsável por resolver o problema, e que havia ligações no mínimo estranhas, não apenas com os funcionários das piscinas, como também das limpezas e da manutenção. Portanto, para que fique absolutamente claro, havia pelo menos, a suspeição de haver ligações pouco claras, entre as pessoas que estavam responsáveis por resolver o problema e as empresas que eram escolhidas para esse efeito.

Quero depois dizer que, não! Não havia nenhum concurso, havia de facto, um processo que tinha caído, mas não havia nenhum esforço devidamente estruturado para enquadrar estas pessoas. E sim, foi o Partido Socialista que nalguns dias de grande sufoco, conseguiu integrar nos quadros estas pessoas. E não era possível manter essa condição e por isso, a resposta que foi encontrada pela Federação Portuguesa de Natação, relativamente à qual o PCP e a CDU aqui se abstêm, é uma solução com uma enorme dignidade. Desde logo, porque garante o pagamento a tempo e horas, coisa que não acontecia, que eram empresas de vão de escada, (eu não intervim em nenhum momento em que os senhores estiveram a tomar da palavra, e peço que não o façam porque temos que elevar a democracia. Aquilo que aqui se tem passado esta noite é uma vergonha e quero dizer-vos que isto só favorece as forças extremistas e quero dizer-vos que como responsável que fui nesta Autarquia pela área da educação, teria muita vergonha que qualquer criança das nossas escolas ou qualquer dos jovens assistissem a este espetáculo. Portanto, pediria que me deixassem concluir. Não me dirigi a ninguém, não qualifiquei ninguém, só pedia que me deixassem concluir).

Com isto quero dizer, a solução encontrada com a Federação Portuguesa de Natação, é uma situação que dignifica os trabalhadores, que recebem a tempo e horas, que têm formação que não tinham, que têm a certificação das piscinas, que integra a Câmara Municipal num programa alargado e nacional seguido por muitas Autarquias e que já agora, contribui para o desenvolvimento da natação no nosso país, com a Federação que é uma entidade idónea e com toda a credibilidade, coisa que as empresas que encontravam antes, não tinha e já agora, o programa já existia.”

7.5.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 27 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 11 votos contra, dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, através da seguinte:



DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho na sua atual redação, na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua atual redação e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 na sua atual redação e no 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, na sua atual redação, e nos artigos 2.º, 3.º, 5.º, 11.º e 13.º, do Regime Jurídico dos Contratos-programa de Desenvolvimento Desportivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de outubro na sua redação atual, e havendo concordância expressa da Federação Portuguesa de Natação, aprova os encargos plurianuais para a implementação e adesão ao Programa “Portugal a Nadar”, no valor global de 1.274.704,04€ (um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, setecentos e quatro euros e quatro cêntimos), nos precisos termos da deliberação camarária de 3 de março de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-071-DGED.

7.6 – Entrou-se no ponto 3.6 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da permuta de lotes no âmbito dos loteamentos aprovado com os n.ºs 571/10 e 121/82 – Quinta de São Simão e Quinta do Brejo e Carapinhas”;

7.6.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

7.6.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Trazemos aqui uma proposta de aprovação da permuta de lotes no âmbito dos loteamentos com os números 571/10 e 121/82, que englobam a Quinta de São Simão e Quinta do Brejo e Carapinhas.

Os prédios sitos na Quinta de São Simão e na Quinta do Brejo Carapinhas, na União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó, foram objeto de duas operações de loteamento confinando-se uma com a outra, estabelecendo uma continuidade de desenho urbano.

O loteamento Sul, veio a ser titulado pelo alvará de loteamento n.º 121/82, tendo sido cedido ao Município os lotes 1, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13, como compensação para permuta com outros proprietários cujo terrenos se destinam a equipamentos de carácter social.

Tais lotes destinar-se-iam a ser transmitidos a promotores que beneficiariam de uma edificabilidade abaixo da edificabilidade média.

O loteamento Norte vem a ser titulado pelo alvará de loteamento 571, sendo que neste e através do protocolo celebrado entre o Município e as promotoras, são atribuídos os seguintes lotes de outras parcelas, da 1, 7, 8, 9, 9A, 9B, 11, 12 e 13.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu vou resumir esta parte mais técnica se me permitem, porque entretanto, esse loteamento houve o promotor privado, entretanto, passou a sua parte e houve uma nova proposta de desenho de loteamento, que é aquele que em parte já está em construção, não nestas parcelas em causa mas noutras, que é o empreendimento do Almar, e esta operação de loteamento está dividida por uma estrada, em uma das partes dos lotes e ficou definido em 2003, que a Câmara Municipal iria dar oito lotes, eram dez lotes, dois apenas ficariam com a Câmara Municipal.

Esses dois lotes que ficavam com a Câmara Municipal, estavam por entre os lotes dos proprietários, eram dois lotes que não estavam infraestruturados e que estavam no meio dos lotes dos proprietários privados. Quando surge este projeto, vem a proposta de se poderem permutar esses dois lotes que estão junto da urbanização prevista, a totalidade, por outros dois lotes que pertencem também a estes investidores, eles sim infraestruturados. Para quê? Para que haja uma continuidade urbanística, para que se possam fazer espaços verdes na urbanização, para que todo o promotor possa garantir todo o desenho urbano. Em contrapartida, a Câmara Municipal fica com dois lotes que pertenciam ao promotor e, portanto, é essa permuta que trazemos.

O que é que é importante lembrar? Os lotes que nós permutamos, foram avaliados 69.000.00€ (sessenta e nove mil euros) acima daqueles que recebemos, pelo que, o promotor irá pagar ao Município essa diferença. Mas há uma questão que é, os dois lotes que a Câmara Municipal recebe, já estão infraestruturados. Portanto, há uma dupla compensação nesta permuta. E assim, também se consegue garantir a coerência urbana e a criação de mais espaços, não faria sentido que no meio daquele loteamento privado a Câmara Municipal tivesse dois lotes a que está literalmente e penso que o mapa até vem a acompanhar a proposta, os dois lotes camarários estavam literalmente no meio do outro loteamento que obviamente por razões evidentes, não faria sentido manter.

Foi este o acordo que foi possível estabelecer e naturalmente, estamos a falar quase de quinhentos fogos que estão a ser construídos, aliás, estive há pouco com o promotor que quer já lançar a segunda fase e que está face à procura do mercado, quer até adiantar a segunda fase do projeto o mais breve quanto possível.”

7.6.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) e Beatriz Ferreira (PSD) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

7.6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente,

Este assunto foi à Câmara Municipal no passado dia 17 de fevereiro, sem qualquer discussão por parte dos Senhores Vereadores, apesar dos cinco votos contra. Agora o assunto veio à Assembleia Municipal e, na Assembleia Municipal, também está o CHEGA para fiscalizar a ação do executivo, se temos algumas dúvidas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhora Presidente, somos a favor do desenvolvimento, somos a favor do desenvolvimento privado na construção, para permitir a construção das habitações que o mercado necessita. Mas ficamos com muitas dúvidas.

Não vamos questionar sobre este empreendimento, que irá criar cerca de 530 (quinhentas e trinta) habitações numa das zonas mais saturadas de prédios do Concelho, sem termos percecionado qualquer reforço das infraestruturas escolares, rodoviárias ou de saúde pelo executivo.

Não vamos sequer questionar como irão estes novos moradores ter acesso às escolas locais. Não vamos questionar como esta zona, já congestionada todas as manhãs, terá capacidade para absorver estes novos moradores.

Não iremos sequer questionar este negócio de permuta com uma entidade que desconhecemos por completo, criada há cerca de três anos com 100.00€ (cem euros) de capital social.

Não nos iremos pronunciar sobre as outras entidades que constam no site do “consórcio” que está a promover a construção, todas com a mesma morada e capital social semelhante. Nada temos a dizer sobre as mesmas, porque não abordaremos este assunto.

A questão com que ficámos é puramente política.

Pelo que conseguimos perceber dos documentos, a Câmara Municipal está a ceder terrenos urbanos e urbanizados, junto a uma escola e a outros prédios já existentes, numa zona densamente povoada onde poderia contruir equipamentos para a população, que não existem, ou mesmo habitações a custos controlados.

Em troca, recebe terrenos destinados a espaço verde, sem capacidade construtiva no espaço atual, o que estranhámos uma vez que própria Senhora Presidente em diversas ocasiões diz que um dos maiores desafios é não ter terreno para construir.

A Câmara Municipal está a ceder terrenos já urbanizados em troca de parcelas, onde apenas uma está preparada para construção, enquanto as restantes estão classificadas como espaço verde.

Questionamos, qual o destino para a Parcela A indicada na proposta?

Que usos prevê o executivo para este terreno verde que está a receber?

A brochura do promotor representa este espaço como uma área verde com um lago.

Pode o executivo esclarecer se há intenção de construir aqui um lago ou se esta representação é apenas conceptual?

Se sim, qual a justificação para essa decisão? Se não, por que razão o promotor inclui essa imagem no seu material promocional?



Se o espaço for convertido num lago ou numa infraestrutura similar, quem irá financiar essa construção e manutenção?

O Município assumirá esses custos, ou será o promotor a financiar a obra?

A Câmara Municipal tem algum estudo que demonstre que a conversão deste espaço verde (seja para um lago, parque ou outro uso) é mais benéfica para o Município do que manter os terrenos urbanizados que planeia ceder?

Foi avaliado o impacto que a conversão deste terreno em jardim terá na valorização dos edifícios privados a construir?

Se essa valorização for significativa, foi pedida alguma contrapartida ao promotor para compensar esse benefício?

O que impede a Câmara Municipal de utilizar este espaço para habitação acessível, serviços públicos ou outras infraestruturas urbanas, ao invés de um espaço verde?

Como se explica que no Geoportal de Almada, esta permuta apareça já como um facto consumado? Não conseguimos identificar os lotes.

O executivo considera justo que os terrenos cedidos, que podiam ser usados para habitação pública a custos controlados, sejam trocados por um espaço que, segundo o PDM – Plano Diretor Municipal em vigor, não terá qualquer capacidade habitacional?

Como se justifica esta troca quando Almada enfrenta um problema de acesso à habitação?

Vamos mesmo trocar terrenos urbanizados, numa área densamente povoada e junto a uma escola, onde poderiam ser construídos jardins, infraestruturas ou habitação para a nossa população, por terrenos destinados a espaço verde, localizados junto ao Parque da Paz e em frente a uma bomba de gasolina?

O executivo quer mesmos trocar terreno urbano por terreno para construir um jardim ao lado do Parque da Paz?”

7.6.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, não vai questionar, mas deveria, e até teríamos todo o gosto em responder-lhe a todas essas perguntas detalhadamente e de forma mais técnica se as tivesse feito antecipadamente, porque eu penso que não leu bem a proposta.



Em primeiro lugar, os lotes cedidos à Câmara Municipal, já foram os lotes onde se construiu a Escola. Portanto, a Escola já faz parte deste loteamento inicial. O equipamento previsto, e aliás, como sabe é uma Escola muito grande e que até tem possibilidade de expansão, já é decorrente deste loteamento.

Por outro lado, a parcela A, é uma cedência para espaços verdes, trata-se de uma pre-equação na medida em que o loteamento Norte tem menos edificabilidade do que o Sul.

Junto ao Parque da Paz, deixe-me lembrar-lhe, que tem ali muita zona de REN e que os lagos são bacias de retenção. Portanto, não é possível e eu demoraria demasiado tempo, mas tenho todo o gosto que, se o CHEGA, reformular as perguntas respondo-lhe a cada uma delas. Respondo-lhe a Câmara Municipal naturalmente, porque isto é uma questão muito técnica, e cada uma delas sem a mais pequena dúvida sobre esta matéria. Tanto mais que, é um loteamento que já tem muita história, muito passado, está em parte construído, em parte por construir, e pior do que até poder haver avaliações, à partida, que não fossem as mais indicadas ou já desatualizadas, era ter um loteamento que não permitia nem uma coisa, nem outra. Nós acreditamos que este investimento é fácil basta ver toda a promoção que é feita e até as vendas que já estão a ocorrer, portanto, não há mais transparente do que isso, acreditamos que vem trazer uma resposta importante em termos de habitação em Almada e que até vem revalorizar aquela zona. Assim como o ALDI, que fazia parte do mesmo loteamento, tudo aquilo é o mesmo loteamento. É um loteamento que nós herdamos, que tentamos adequar a uma procura e que desta forma consegue ver a luz do dia e de facto, criar os quinhentos e trinta fogos.

Portanto, sim, estamos bastante confortáveis com esta matéria.

Em relação a muitas das questões que eu acredito que até seja de uma leitura não muito, às vezes nem sempre é fácil ler estes documentos, temos todo o gosto em responder-lhe com detalhe a cada uma das questões que colocou.”

7.6.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre esta proposta da Câmara Municipal, o PSD ainda não está satisfeito com o enquadramento dado agora pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, nem com o que consta da proposta.

Falamos da situação em que a Câmara Municipal pretende ceder terrenos para promoção imobiliária privada, para um projeto que vai envolver habitação, vai envolver comércio, estacionamento, e que até já tem um nome.

Em troca, a Autarquia recebe outros terrenos, uma pequena compensação financeira e um novo jardim público.

A permuta visa e passo a citar os pontos 5 e 25 da proposta: “assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso e a melhoria da estrutura fundiária e urbanística daquelas áreas que foram obviamente, estrangidas com o avanço de outras operações urbanísticas”.



MUNICÍPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

Traduzindo, de acordo com esta proposta a solução do novo jardim, no contexto deste empreendimento serve para melhorar o espaço público como a Senhora Presidente já referiu. Os mapas em anexo, mostram até aquelas áreas que ficaram por explorar em redor da Escola António Gedeão, com a construção da nova rua do ALDI e do McDonald's, aqueles montes de terra descampados são indesejáveis, apesar deste serviço também ter valorizado a zona envolvente.

A própria proposta assume que apesar dos encargos da construção deste novo jardim público ficarem a cargo dos proprietários dos prédios envolvidos, eles também irão beneficiar desta nova zona verde. Este não é um benefício patrimonial só para o Município. Aliás, o arranjo da zona envolvente com áreas verdes, é um costume neste tipo de projetos imobiliários e é uma mais-valia na promoção imobiliária. Apartamentos serão vendidos mais caros por causa deste jardim.

Por isso consideramos que é redundante esta ser uma contrapartida de certa forma exigida pela Autarquia.

A acrescentar a este facto, temos a situação caricata de certa forma de que, basta atravessar a estrada para os almadenses estarem no Parque da Paz. Portanto, para os cidadãos não moradores neste empreendimento, mas moradores nesta zona do Laranjeiro, eu diria que a mais-valia até é questionável considerando que serão provavelmente os cidadãos mais bem servidos de espaços verdes do Concelho.

Ainda, os promotores comprometem-se a promover a elaboração dos projetos e a executar obras de infraestruturas viárias, abastecimento de águas, esgotos, gás, eletricidade, telecomunicações, arranjos exteriores, mais uma vez que os vão beneficiar em grande parte.

O PSD pretende que sejam dadas mais explicações sobre esta permuta e que sejam prestados mais esclarecimentos sobre a opção por um jardim público, em detrimento de outro qualquer equipamento que, com o arranjo adequado poderia funcionar com este empreendimento, por exemplo, um equipamento social.

O PSD propõe por isso, que a Câmara Municipal retire este documento do ponto 3.6 e que preste mais esclarecimentos em sede da 3.ª Comissões Permanente.

A justificações que estamos a pedir aqui, hoje, na Assembleia Municipal, não pretendem impedir o normal desenrolar da atividade económica privada, o PSD quer mais habitação no Concelho, porque a escassez de oferta é um dos principais fatores para o aumento dos preços das casas, mas enquanto Deputados Municipais com responsabilidades legais, e o dever de escrutínio, não podemos ficar satisfeitos sem saber de muitos dos pormenores do referido jardim público, por exemplo, através do website do empreendimento imobiliário.

Por isso, e mais uma vez, pedimos que retirem a proposta e que expliquem à Comissão esta operação e o próprio projeto imobiliário.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Queremos que a relação entre a iniciativa privada e a Autarquia seja justa, que seja benéfica para o património público que é de todos e que seja útil para os almadenses.”

7.6.2.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, considerando ainda por cima que o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro não está presente, naturalmente, eu vou aceder a retirar a proposta e que ela seja vista em sede de comissão.

7.6.3 – Não havendo mais pedidos de palavra a proposta foi retirada pelo proponente a Câmara Municipal de Almada.

7.7 – Entrou-se no ponto 3.7 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. 118701 – Edifício sito na Rua Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, n.º 8, 8-B e 10, Almada. Abate parcial de área para domínio público municipal”;

7.7.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

7.7.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Trata-se da pequena parcela que se encontra ao lado da Rua Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, que aliás, tem de forma um bocadinho incompreensível, uma placa que eu já pedi várias vezes para ser retirada, de agravamento de IMI, tratando aliás, de uma parcela municipal, onde se prevê fazer um pequeno espaço público entre o edifício que a Câmara Municipal adquiriu em 2016, e a entrada daquela outra vila por trás.

Portanto, queremos que aquilo seja um pequeno espaço requalificado e que entre no domínio público municipal.

É uma proposta relativamente simples.”

7.7.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprova a afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 74 m², a qual é parte do prédio urbano sito na rua Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, n.ºs 8 a 8-B e 10, freguesia de Almada, Concelho de Almada, com a área total de 210 m², descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2300 da referida freguesia, inscrito na matriz predial urbana sob os artigos 150 e 5683 da União das



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, e que corresponde na íntegra ao artigo 5683 atrás identificado, nos precisos termos da deliberação camarária de 17 de fevereiro de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-27-DPAT.

7.8 – Entrou-se no ponto 3.8 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. 137449 – Parcela de Terreno com 97,20m², sito em Rua da Liberdade, N.º 27, Almada. Afetação ao domínio público Municipal”.

7.8.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira (PS);

7.8.1.1 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É uma proposta de igual natureza no âmbito da Gestão de Ativos, propõe-se que a Assembleia Municipal considere deliberar a Afetação da Parcela de Terreno com área 63,20m², parte do prédio urbano sito na Rua da Liberdade, N.º 27, Freguesia de Almada, Concelho de Almada, com área total de 97,20m², com o valor patrimonial tributário de 541.079.00€ (quinhentos e quarenta e um mil e setenta e nove euros) e que decidam afetá-la ao Domínio Público Municipal.

A proposta está à vossa consideração, sendo certo que para mais explicações me considero completamente disponível.”

7.8.2 – Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Beatriz Ferreira (PSD) para pedir escusa de votação.

7.8.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as deputados/as Municipais;

É só para informar que por motivos familiares não poderei participar nesta votação pelo que me irei ausentar da sala.”

7.8.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos presentes, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprova a afetação da parcela de terreno com a área de 63,20m², parte do prédio urbano sito na rua da Liberdade, n.º 27, freguesia de Almada, Concelho de Almada, com a área total de 97,20m², descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial da referida freguesia, sob o n.º 1903, inscrito sob o artigo 262 da matriz predial urbana da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, com o valor patrimonial



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

tributário de €541,79, ao domínio público municipal, nos precisos termos da deliberação camarária de 17 de fevereiro de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-42-DPAT.

8 –Tendo-se esgotado a ordem de trabalhos, sendo cerca das 01H15, deu-se por concluída a Reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS), da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS), dos/as Vereadores/as Senhores/as, Filipe Pacheco (PS), Francisca Parreira (PS), Débora Figueiredo Rodrigues (PS), António Matos (CDU), José Luís Bucho (CDU), Helena Azinheira (CDU), Mara Rita Martins (CDU) e Filipa Lourenço Cruz (BE).

10 – Foi verificada a presença de cerca de quarenta e três munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA

